



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 474 - DE 12 A 26 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 3,00

A crise econômica retoma o caminho da retração. Fazem-se listas de demissão. A inflação ataca com mais violência os salários. É preciso unificar as lutas com um plano nacional de reivindicações!

**Repressão sobre os movimentos:
Abaixo o cerco às manifestações!
Fim das prisões e processos políticos!**



**Crimes da ditadura militar:
Abaixo a Lei da Anistia!
Por um Tribunal Popular!**

Oposição revolucionária a Dilma

Os crimes da ditadura militar:

Abaixo a Lei da Anistia! Por um Tribunal Popular!

A Comissão Nacional da Verdade está se aproximando do impasse. As investigações provaram com detalhes o que já se sabia. As Forças Armadas montaram centros de tortura e de assassinato de opositores ao regime militar. Em coordenação com a polícia política, o aparato montado para destruir a resistência armada formou um sistema clandestino de bárbara repressão. Desde o topo da camarilha militar, estruturou-se uma rede de comando até o torturador-assassino.

O Relatório da Comissão contabiliza 6 centros de tortura. Todos camuflados. Diante dessa evidência, o governo de Dilma Rousseff correu a convencer os generais a fazerem eles mesmos uma investigação. Segundo informações, houve acordo. Caso não fosse por essa via, a Comissão da Verdade poderia entrar com uma medida judicial no Supremo Tribunal Federal. Certamente, não daria em nada. Mas ampliaria a questão política dos mortos e desaparecidos.

A aceitação dos generais de eles mesmos dizerem o que aconteceu é uma medida voltada a ocultar e não a revelar. Indica que as Forças Armadas são um poder independente no seio da República. Não estão de fato sob o comando político do governo. Uma das importantes imposições do golpe de 1964 e dos 21 anos de ditadura foi a de reformular completamente as Forças Armadas. Eliminaram-se as manifestações políticas em seu interior, impuseram-se o monolitismo, sedimentaram-se uma hierarquia totalitária e cultivaram-se a ideologia capitalista ditada pelos Estados Unidos.

O fato de a burguesia nacional ter se colocado sob a guarda das Forças Armadas com o golpe que destituiu o governo constitucional de João Goulart e o fato dos generais golpistas vitoriosos terem dependido dos Estados Unidos permitiram que o alto comando se tornasse um poder dentro do poder do Estado. O fim do regime militar em 1985 e a democratização se deram sob a tutela das Forças Armadas. Uma de suas medidas foi a anistia aos torturadores e assassinos.

De nada adiantou o governo Lula e Dilma anunciarem que a verdade histórica seria posta à luz do dia. Os generais sonegaram informações, destruíram arquivos e impediram uma investigação livre e independente no interior dos quartéis. A ordem é impedir que se faça um levantamento da cadeia de comando responsável pela montagem dos centros clandestinos de tortura-assassinato e que se reconstituam as operações militares que levaram à morte e desaparecimento de centenas de opositores.

O governo petista procurou comprar a verdade com o processo de indenização. Articulou-se um movimento de reparação às “vítimas da ditadura”. Parentes de mortos, esquerdistas quebrados, intelectuais de esquerda corrompidos, correntes políticas oportunistas, etc., correram a abrir seus corações para o dinheiro das indenizações. Serviram à política burguesa de desmoralização da luta de resistência à ditadura, e, em troca de uma mesada, mancharam a memória dos que enfrentaram a tortura e tombaram por uma causa. Admitiram a tese capitalista de com dinheiro se faz tudo.

O pouco que a Comissão da Verdade fez bastou para confirmar a impotência do governo petista em enfrentar o passado contrar-

revolucionário do golpe de 1964. Os tais “democratas” se encolheram diante do Não dos generais. O coronel da reserva Paulo Magalhães atende sem temor ao chamado da Comissão, relata sobre torturas, explica o método usado pelos militares para desaparecer com os mortos, levanta-se e vai tranquilamente para casa. Inúmeros são os militares e policiais já identificados como torturadores e assassinos. Estão cobertos pela Lei da Anistia imposta pelo último ditador, general João Batista Figueiredo, em 1979.

Diante do volume de informações apuradas pela Comissão Nacional da Verdade, algumas vozes de dentro da institucionalidade aventaram entrar com um pedido de revogação da Lei da Anistia. Dilma prontamente se opôs. O acordo dos governos petistas é de não criminalizar nenhum militar e policial. Todos devem se ater à decisão do Supremo Tribunal Federal de que a Lei da Anistia é intocável. A chamada verdade histórica pode ser levantada até certo ponto – até onde as Forças Armadas permitirem – e deve se disciplinar a uma lei editada pelo próprio regime militar.

O problema é que o movimento de apuração da verdade está condicionado pelas comissões vinculadas a governos, igrejas e partidos da ordem. Os crimes da ditadura em grande medida foram apagados da memória da classe operária e dos camponeses, que há 50 anos atrás sofreram as duras consequências do golpe. Durante 21 anos, os oprimidos suportaram o peso da ditadura.

A burguesia se serviu do esmagamento das liberdades democráticas para impulsionar seus negócios à custa da pobreza e miséria das massas. Não obstante, sob a democracia, os explorados continuam servindo de escravos ao capital. As liberdades democráticas são usadas pelo PT e pela vasta burocracia sindical para submeter a classe operária e estatizar os sindicatos. Não se pode, portanto, desvincular a luta pela condenação dos torturadores e assassinos da situação presente.

O movimento oficialista e o movimento pequeno-burguês, voltados à apuração dos crimes da ditadura, mostram seus limites e impotência justamente por romper os elos do passado ditatorial e do presente democrático. Mas o fundamental é que somente a classe operária – dirigindo a luta da maioria oprimida – pode abrir os quartéis e punir os responsáveis pelos crimes contra a humanidade.

O fato de as organizações de esquerda dos anos 60 e 70 terem se afastado do marxismo, sujeitando-se de uma forma ou de outra ao nacionalismo burguês, contribuiu decisivamente para bloquear e desviar a tarefa de construir o partido revolucionário (marxista-leninista-trotskista). A crise de direção revolucionária é o que mais ressaltou nos acontecimentos de 1964 e posteriormente. Está aí por que a classe operária não teve como conservar a memória política da luta contra a ditadura e hoje não estar na dianteira do combate pela apuração dos crimes da ditadura e pela punição dos torturadores e assassinos.

A bandeira que poderá avivar a consciência das massas são as bandeiras de por um **TRIBUNAL POPULAR E ABAIXO A LEI DA ANISTIA**. Estas bandeiras políticas devem se ligar a outras, como **FIM DA LEI ANTIGREVE** e **LIBERDADE IRRESTRITA DE MANIFESTAÇÃO**.

São Paulo

POR realiza o Ato político sobre os 50 anos do golpe militar

A militância porista se empenhou na divulgação do jornal *Massas* especial sobre os 50 anos do golpe de 1964 e na convocação para o Ato no dia 30 de março. A presença de muitos convidados encheu a sede do POR e adensou o sentido da luta revolucionária.

Muitas foram as lições deixadas pela crise política aberta em 1961 com a posse do vice-presidente João Belchior Marques Goulart e pelos vinte e um anos de regime militar.

Chamou-nos a atenção a campanha lançada pelos governos, por inúmeras instituições e pela grande imprensa. O golpe de Estado foi lembrado pelos mais distintos representantes da burguesia como se fosse um enterro de um acontecimento histórico reduzido a cinzas pelo tempo. Assistimos golpistas de primeira hora se desvencilhando das sombras do passado. Ouvimos ex-militantes que pegaram em armas condenando a ditadura em defesa da democracia que a substituiu. Parecia que estávamos em comunhão nacional de esforço extremo para alcançar um último suspiro de lembrança de uma ditadura que se justificou apenas nos seus inícios, que desandou, que pôs fim à liberdade e que enveredou para a ilegalidade, cometendo crimes de tortura, assassinatos e desaparecimento de corpos. Mas afinal a democracia triunfou. O Ato do POR rechaçou tamanha hipocrisia burguesa.

A promessa que os conspiradores fizeram de salvar a democracia do totalitarismo comunista foi cumprida, mas, segundo os representantes da burguesia, não estava nos cálculos dos democratas que trabalharam pela derruba do governo constitucional instituir um longo período de ditadura. O Ato político do POR esteve do lado oposto de tais falsificações burguesas. Foi aberto com a tese de que ditadura militar e democracia são duas formas de regime político que servem à classe capitalista. Interpenetram-se historicamente. A ditadura militar pode substituir o regime democrático, e vice-versa, a depender do desenvolvimento da crise econômica e da luta de classes.

O governo de João Goulart foi o mais democrático que o Brasil já teve, o mais rico politicamente, o que mais despertou ilusões de

reformas e o mais efervescente em antagonismos. A ditadura sufocou a democracia burguesa. Não permitiu que completasse seu ciclo. Mas, para a surpresa dos liberais, os governos de Garrastazu Médici e de Ernesto Geisel se lançaram ao estatismo e desfraldaram uma variante de nacionalismo militar. Os governos democráticos que os substituíram mantiveram os pilares e as argamassas da ditadura e assumiram a tarefa antinacional de privatizar e de abrir as comportas do Brasil para o capital imperialista.

O Ato se empenhou em discutir a tese marxista de que tanto o regime militar quanto a democracia são instrumentos da ditadura de classe da burguesia. Não se confundem, mas se interpenetram. Foi amplamente debatido, tendo por base essa tese, o fracasso do nacionalismo burguês que João Goulart pretendeu edificar sobre a forma do regime democrático. Não foi capaz de se apoiar nas massas contra a reação oligárquica interna e contra o imperialismo norte-americano. Diante do descontrole da luta de classes e de sua penetração nas Forças Armadas, a reação que era minoritária se capacitou para ir adiante com sua conspiração e chegar ao golpe contrarrevolucionário. A democracia pós-regime militar não é antagônica à ditadura, mas sua herdeira.

O Ato terminou com uma saudação de punhos fechados em homenagem àqueles que enfrentaram com coragem e honradez revolucionária os cárceres e os torturadores; àqueles que tombaram lutando contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, àqueles que foram além da defesa da liberdade levantando a bandeira do socialismo. O Ato se comprometeu a levar adiante a luta pela punição dos torturadores, assassinos e mandantes. Levantou a bandeira de Abaixo a Lei da Anistia! Concluiu com a leitura de um Manifesto sobre os 50 anos do golpe militar. No Ato, os poristas deixaram claro que somente a revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia e edificará a democracia dos explorados.

Os participantes que não são do POR foram convidados a ingressarem nas fileiras do marxismo-leninismo-trotskismo.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário – 50 anos do golpe militar

Acabou o regime militar, mas não a ditadura de classe da burguesia

Os 50 anos da derrubada do governo constitucional de João Goulart estão sendo lembrados por governos, partidos, instituições civis e grande imprensa. Interessa aos mais distintos setores da burguesia se afastarem do golpe e principalmente dos 21 anos de regime militar. Os seus defensores são vozes de timbre baixo. Circunstancialmente, estão em minoria.

A presidente Dilma Rousseff aconselhou os oficiais das Forças Armadas a desistirem de comemorar a vitória dos conspiradores em 31 de março e 1º de abril. A campanha oficial, afinal, não passaria de exaltação da democracia e condenação dos excessos de repressão. Tratava-se de uma comemoração de um passado longínquo. Assim, não havia motivo para os militares saírem em defesa da contrarrevolução de 64.

O balanço predominante da burguesia, afinal, é de que a derrubada do governo nacionalista foi uma contingência para reequilibrar o poder do Estado. E que correspondeu a uma conjuntura particular da “guerra fria”, que ficou para trás. Há também aqueles que dizem que havia solução por meio da democracia.

O governo do PT não pretende levantar fantasmas. Os antagonismos entre nacionalistas e pró-imperialista já não existem. Os 50 anos não seriam usados para colocar divergências interburguesas que não estão presentes na situação. As manifestações oficiais estariam de acordo com a política traçada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e consolidada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva de reconciliação nacional. A Lei da Anistia paira sobre as diversas interpretações, críticas ou defesa do golpe de Estado.

Os 50 anos não serviriam de instrumento para romper a linha da reconciliação e de reconstrução da memória por meio da Comissão da Verdade. Tudo está tão bem encaminhado para que os golpistas, os agentes dos Estados Unidos, os torturadores, os assassinos e os ocultadores de corpos não sejam criminalizados e não paguem pelos seus crimes políticos. A orientação da burguesia foi a de usar os 50 anos para enterrar o passado.

Não faltaram pronunciamentos da esquerda reformista de condenação do golpe, exaltação à democracia burguesa e de pedido para que esta sirva de meio para punir os torturadores e assassinos. É inevitável que se façam distintas explicações dos acontecimentos e avaliações sobre nacionalismo janguista. Mas essa inevitabilidade impossibilitou que as esquerdas se unissem em luta contra a ditadura de classe da burguesia.

A forte presença da política oficialista encarnada pelo PT e por sua burocracia sindical colocou travas. Mas os condicionamentos políticos também partiram das esquerdas que se sujeitaram às diretrizes da Comissão da Verdade. Somente poderia haver uma real unidade das esquerdas na condenação do golpe de 64, caso tivessem em luta contra o Estado policial que se abriga nas entranhas da democracia vigente.

O regime militar foi substituído pelo regime democrático por meio de uma transição dirigida pelos partidos da burguesia e com a anuência dos Estados Unidos. Não poderia deixar de abrigar em suas vísceras heranças da ditadura militar. Uma delas é as Forças Armadas expurgadas dos militares nacionalistas, talhadas segundo a doutrina de combate aos inimigos internos e regidas pela disciplina ditada pelas necessidades da classe capitalista brasileira e dos monopólios internacionais. Aboliu-se qualquer liberdade política em seu seio, de forma a que as tropas sigam as ordens expressas de uma elite de oficiais vinculada aos mais altos interesses da burguesia.

Uma outra é da polícia militar, que compõe um corpo especializado de combate às manifestações de massa. Observa-se que os governos vêm se esmerando no aparelhamento e nas técnicas de guerra civil. Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública com o objetivo de centralizar o poder da polícia contra o movimento das massas urbanas, dos camponeses e índios. Está no Congresso o projeto de lei antiterrorismo, confeccionado de acordo com a orientação internacional do imperialismo norte-americano e europeu.

As Forças Armadas e a polícia não foram criações da ditadura, evidentemente. Mas foram recriadas seguindo a doutrina de segurança nacional estabelecida pelos Estados Unidos e expressando a necessidade da burguesia sufocar a luta de classes. Esse é um dos pontos centrais do balanço de 64, que as esquerdas deixam de fazer e que interessa aos agentes da burguesia ocultar.

A divisão que se manifestou nas Forças Armadas e nas polícias sob o governo nacionalista de João Goulart mostrou para a burguesia que este pilar sustenta a sua ditadura de classe. Não pode servir a duas políticas burguesas e não pode ser permeável à política do proletariado. O regime democrático e o regime militar são distintos e refletem as condições da luta de classes. Mas ambas as formas servem ao funcionamento e à preservação da ditadura de classe da burguesia contra a classe operária e a maioria explorada.

O golpe de 31 de março dista meio século. O fim do regime militar dista vinte e nove anos. Mas continuam vivos, no presente, sob a roupagem da democracia. As adaptações e reformas políticas removeram os militares que passaram a exercer o poder por cima das classes, mas apenas contra os operários, os camponeses, a pequena burguesia urbana e as massas populares. Extinguiu-se o governo militar, mas as Forças Armadas e a polícia continuam como o poder armado da burguesia, por mais democrático que seja o governo de

plantão. Não se pode em absoluto desconhecer, obscurecer ou ocultar esse balanço histórico do golpe de 1964.

O triunfo da reação oligárquica e pró-imperialista foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes da história do País. Deve, obrigatoriamente, ser observado do ponto de vista das classes sociais. Os generais conspiradores não agem por conta própria. Respondem em grande medida às movimentações no interior da burguesia na situação de crise revolucionária. Por trás das armas está o capital. E este em 1964 se identificava com os monopólios imperialistas, com os banqueiros, grandes comerciantes e com a oligarquia latifundiária.

O golpe foi desfechado contra o governo burguês nacionalista. Interrompeu-se a aplicação de uma variante política de desenvolvimento do capitalismo semicolonial. Mas em sua essência se voltou contra a classe operária e os camponeses. As armas se dirigiram a destruir o desenvolvimento político da classe operária e a esmagar a crescente revolta dos camponeses. Os explorados, no entanto, não puderam reagir. Estavam sob a direção do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, encarnado pelo PTB, PSB e PCB.

A rica experiência do nacionalismo em conflito com o liberalismo pró-imperialista não teve como ser assimilada criticamente. A ausência de um partido revolucionário impossibilitou que o proletariado assumisse posições de independência de classe.

Os acontecimentos provam que a situação pré-revolucionária aberta em 1961 colocou um desfecho contrarrevolucionário. Não havia o partido marxista-leninista-trotskista para quebrar a ofensiva da reação e colocar a tomada do poder. Se não era um governo revolucionário – operário e camponês, seria um governo contrarrevolucionário. O governo nacionalista logo se mostrou débil politicamente e incapaz de levar a diante seu programa de reformas de base. A revolução proletária – e não a revolução democrático-burguesa, defendida pelo PCB – era a via para quebrar a espinha dorsal do movimento contrarrevolucionário. Aqui está o principal fundamento histórico da vitória da reação e derrota do proletariado e dos camponeses.

Essa contradição percorreu os vinte e um anos da ditadura e a sua transmutação em democracia. A luta armada das esquerdas à margem do desenvolvimento político do proletariado serviu para mostrar de corpo inteiro os traços ditatoriais dos generais e da burguesia nacional. Mas concluiu em um desastre para a vanguarda e para os explorados.

O nacionalismo, o reformismo e o democratismo pequeno-burguês se mostraram impotentes diante da ditadura de classe da burguesia encarnada diretamente pelas Forças Armadas. Esses desvios e distanciamentos do marxismo expuseram as esquerdas fragmentadas e desesperadas. Sem o programa da revolução proletária, atrasaram a assimilação das ricas experiências e obstaculizaram a construção do partido marxista. Essa tarefa emerge com toda clareza no balanço do golpe e das condições atuais. Chamamos a classe operária e a sua vanguarda a assumir a luta para pôr em pé o Partido Operário Revolucionário.

A obra da ditadura militar sobrevive e serve à atual democracia. As Forças Armadas estão prontas para defender a grande propriedade capitalista e cumprir as ordens do imperialismo. A revolução proletária varrerá a ditadura de classe da burguesia, estabelecerá a propriedade socialista dos meios de produção e potenciará a mais ampla democracia emanada das massas libertas da exploração do trabalho.

Viva a revolução proletária!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Pôr em pé a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Fortaleza:

P.O.R realiza debate sobre 50 anos do golpe militar de 64

No dia 02 de abril, no auditório da arquitetura da UFC, o POR realizou seu debate sobre os 50 anos do golpe militar de 1964. Estiveram presentes estudantes, professores e universitários. Houve exposição seguida de debate.

Na véspera, ocorreram na Praça do Ferreira, centro da cidade, duas manifestações sobre o golpe. Uma realizada pelos movimentos sociais para lembrar a tortura e os assassinatos na ditadura com a presença de presos políticos e torturados. Outra, realizada pelos militares da reserva em comemoração ao golpe. A Prefeitura de Fortaleza (nas mãos da oligarquia Ferreira Gomes, PROS), havia liberado a praça apenas para a manifestação dos militares. Como os movimentos sociais insistiram em fazer seu ato no mesmo lugar e mais cedo, uma representação dos militares dirigiu-se aos manifestantes solicitando a estes que deixassem o local para que o ato em homenagem ao golpe pudesse ser realizado, conforme autorização prévia da prefeitura. Os organizadores do ato contra a ditadura recusaram-se a deixar o lugar e os militares tiveram que fazer sua atividade política no outro extremo da praça. Não houve conflito; o ato dos militares protegidos por um cordão de isolamento da PM, contou apenas com curiosos e saudosistas que lembravam os feitos econômicos dos militares. O POR interveio no ato dos movimentos sociais, que contou com a presença de partidos políticos, representantes indígenas, sindicatos, escolas públi-

cas, centro de memória dos torturados, vereadores, etc.

A palavra de ordem mais repetida no ato de 1º de abril era “ditadura nunca mais”. A análise política desta consigna democratizante foi o ponto de partida do debate realizado pelo Partido Operário Revolucionário no dia seguinte. Os que agitam a bandeira de ‘*ditadura nunca mais*’ acabam por defender como contrapartida, a palavra de ordem de ‘*democracia sempre*’. A democracia atual, porém, é a democracia dos ricos, a democracia burguesa, que é apenas mais uma entre tantas outras expressões que pode assumir o estado para exercer a ditadura de classe da burguesia. O marxismo nos ensina que enquanto existir sociedade de classe, haverá sempre a ditadura da classe dominante sobre as classes dominadas. Apenas a ditadura do proletariado porá fim à dominação burguesa e criará as condições para a sociedade sem classes, o comunismo. A única forma de assegurar que ‘nunca mais haja ditadura’ de corte militarista é impulsionando a revolução proletária em nosso país, que destruirá a base da dominação capitalista, a grande propriedade privada dos meios de produção.

O debate discutiu inúmeros outros pontos, que, em virtude do espaço, não será possível aqui desenvolver. Contudo, finalizou convocando os trabalhadores e a juventude oprimida a construir o partido revolucionário marxista-leninista-trotskista, expressão da transformação do instinto de luta dos explorados em ativa consciência de classe, em teoria socialista científica.

Paraíba

POR promove debate, na UFCG, sobre os 50 anos do golpe militar

No dia 28 de março, a Corrente Proletária Estudantil/POR realizou um debate sobre os 50 anos do golpe militar intitulado “A ditadura da burguesia só terá fim com a revolução proletária”. Militantes do partido do RN estiveram presentes e fizeram a fala de abertura. Diante das lutas que estão acontecendo na universidade contra o golpe do reitor que privatizou nossos HUs com uma canetada, o debate foi encampado pelo movimento estudantil e realizado no acampamento em frente à reitoria.

Estiveram presentes estudantes de diferentes cursos e centros acadêmicos, militantes do PCR, PCdoB e um docente. Os debates giraram em torno das razões do golpe que depôs João Goulart, a impotência do nacionalismo burguês, o papel do PCB em desarmar programaticamente o movimento operário com suas teses de transição pacífica ao socialismo, etapismo e subordinação a uma fração da burguesia, supostamente progressista. Sua confiança no Governo João Goulart e na resposta de setores das forças armadas ante o golpismo das oligarquias e burguesia imperialista foram decisivos para que as massas, que protagonizavam grandes lutas no campo e na cidade, não tenham tido condições de resistir ao golpe.

Foi feito um breve balanço da via foquista adotada por inúmeros agrupamentos, na maioria resultantes da fragmentação do PCB. Os presentes levantaram questões sobre o vínculo das greves operárias, sobretudo de Contagem e Osasco e as vanguardas políticas e sobre as tarefas atuais para dar continuidade à luta pelo fim

do capitalismo.

Durante o debate, foi criticada a forma como o movimento de massas se alinhou, por meio de suas direções, a uma fração burguesa que conduziu a democratização sem questionar os fundamentos do regime de exploração capitalista. O esgotamento econômico dos governos militares levou a um novo ascenso da luta de massas, que desembocou na formação do PT, CUT e MST. Esta direção do PT retomou as teses do PCB e seguiu a via do reformismo, sendo hoje um obstáculo a ser superado. O governo do PT não só não democratizou o estado como está nas mãos de oligarquias como a de Sarney e incrementa o Estado policial com a criação da Força Nacional de Segurança, restrições ao direito de greve e tentativa de aprovação da lei antiterror a mando do imperialismo.

No dia seguinte, realizamos uma formação sobre os quatro primeiros artigos do Massas especial sobre o golpe. A exposição foi dividida entre militantes da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Tratamos dos antecedentes e desfecho do golpe militar, do estatismo e do nacionalismo militar. As atividades sobre a ditadura terão sequência. Mensalmente realizaremos encontros que tratarão dos seguintes temas: antecedentes do golpe, o nacionalismo de Vargas a Jango; o golpe e a ditadura ante as lutas camponesas; ditadura e América Latina; o movimento estudantil sob o governo militar; balanço sobre o foquismo; o movimento operário e o fim da ditadura; o terrorismo de Estado ontem e hoje.

Aproximam-se as eleições, intensificam-se os choques interburgueses

A corrupção é inerente ao Estado burguês. Sempre haverá um motivo para escândalo. A imprensa está pronta para servir a este ou aquele partido da ordem capitalista. Usa de seu monopólio para ampliar, abrandar ou diluir as denúncias. Acercam-se as eleições. Nada mais auspicioso para o PSDB que um novo escândalo de proporções equiparáveis às do “mensalão”.

A campanha do momento se concentra nas negociatas da Petrobrás. Pasadena armou um vendaval contra o governo do PT. Se se transformar em um furacão, pode ameaçar a reeleição de Dilma Rousseff, que estava praticamente assegurada. Um negócio de mais de um bilhão de dólares, com perda de milhões, não é pouca coisa.

Segundo as informações, a refinaria de Pasadena (no Texas, EUA) não passa de uma sucata comprada a preço superestimado em sociedade com a belga Astra Oil, que deixou o negócio e obrigou a Petrobrás, por contrato assinado, a ficar com sua parte por um preço também superestimado. A transação ocorreu no governo Lula e efetuada pelo seu apadrinhado Sérgio Gabrielli, então presidente da Petrobrás.

Diante da denúncia explosiva, Dilma se mostrou estupefata com os termos do contrato e procurou se desvencilhar da responsabilidade. Acusou os diretores da Petrobrás de enviarem o resumo do contrato para os conselheiros – Dilma era a presidente do Conselho – incompleto. A resposta da presidente potencializou a denúncia. Era o que a imprensa oposicionista (O Estado de São Paulo à frente) e PSDB precisavam. Se Dilma diz que aprovou um contrato sem o conhecimento completo das cláusulas, então tem muito de podre na compra da refinaria. Abriu-se um campo de luta política voltado às eleições.

Uma CPI pode muito bem servir de caixa de ressonância. Aécio Neves correu a anunciá-la. Fernando Henrique Cardoso chegou a desaconselhá-lo. O PSDB não poderia desconsiderar o fato de que há um escândalo aberto em São Paulo no caso do metrô. A corrupção é brava, envolve os governos de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin. Caso o jornal “O Estado de São Paulo” fizesse o mesmo que fez com o mensalão, se veria que as falcaturas de caixa 2 do PT desapareceriam como um gota no oceano.

A sujeira em São Paulo está sendo vagarosamente varrida. Os dados já apresentados eram mais do que suficientes para explodir como uma bomba sobre as hostes do PSDB. Mas o partido queridinho da burguesia tem poderosos protetores na imprensa, no judiciário, na OAB, etc.

O PT e seu governo se mostraram incapazes de mostrar que seus denunciadores são mais bandidos do que os denunciados. Estão na cadeia petistas históricos acusados de corrupção ativa (se livraram da imputação de formação de quadrilha graças à mudança na composição do STF). O julgamento do mensalão foi um vergonhoso teatro.

Neste exato momento em que vêm à tona as falcaturas da Petrobrás e em que ainda se encontra no ar o processo contra a corrupção no metrô, o STF decidiu lavar as mãos e enviar a Ação Penal contra Eduardo Azevedo para a justiça mineira. O “mensalão” foi uma criação do PSDB de Minas Gerais, sob a condução de Azevedo e execução de sua horda partidária. Mas o processo ficou por último, o STF o desmembrou (mostrando dois pesos e duas medidas ao se

negar a fazê-lo no mensalão do PT) e esperou que o senador Azevedo renunciasse ao mandato, assim não mais seria obrigado julgar um importante homem do PSDB. Enviou o processo para Minas, onde o PSDB governa.

Está aí por que FHC achava melhor não partir para uma CPI da Petrobrás. Mas Aécio Neves joga com a incapacidade do PT e de seu governo partir para a ofensiva contra o PSDB. Os petistas estão acuados. Caso Dilma controlasse sua base de apoio, poderia facilmente impedir que o PSDB conseguisse o número de assinaturas necessárias. Mas parte dos governistas correu a apoiar a campanha de Aécio Neves.

O que fazer? Os petistas levantaram a hipótese de montar uma CPI do metrô de São Paulo. Parece que avaliaram que essa não seria a melhor forma de enfrentar a ofensiva dos oposicionistas. É bem possível que caminhem em frente com a manobra de transformar a CPI da Petrobrás em um picadeiro de atrações mais diversificadas incluindo o escândalo do metrô.

A classe média se farta com o baile das denúncias. As massas profundamente oprimidas não se interessam pelo festival burguês. A prisão dos petistas soou como um acontecimento exótico. A experiência ensina que rico não vai para a cadeia. Prisão, tortura, assassinatos e desaparecimento de corpos são coisas para pobres e miseráveis. Mas a classe média é um poderoso agente eleitoral. O PT já teve apoio em boa parte dela. O PSDB que quase foi varrido pela coalizão PT e PMDB, reforçada por uma infinidade de siglas (entre elas o PCdoB), se reergue sobre o cimento da classe média.

O assistencialismo e a estatização sindical, incluindo o MST, ainda funcionam para manter os mais pobres e oprimidos sob a influência eleitoral de Lula e do petismo. Mas nas eleições de outubro a classe média comparecerá com maior peso de pressão política sobre as camadas exploradas que depositaram confiança no PT e que veem sua política burguesa naufragar. O PSDB – e o PSB que abandonou o governismo – contam com o avanço da crise econômica e com o estreitamento da margem de manobra da política econômica do governo Dilma.

A política burguesa, na situação, está voltada a canalizar os explorados para a disputa eleitoral. Daqui para frente aumentarão as pressões para que esqueçam o dia-a-dia do trabalho duro, dos baixos salários, de desemprego, etc. e confiem nas promessas dos candidatos.

É bem provável que a esquerda eleitoreira tenha muita dificuldade em se colocar diante da polarização entre governistas e oposicionistas. O PSTU fracassou em montar sua frente de esquerda com o PSol. Somente um “milagre” reatará o reformismo pequeno-burguês (PSol) e o centrismo (PSTU). As siglas esquerdistas legalizadas farão suas aparições eleitorais em busca de filiados, assim trabalham por se construir.

A vanguarda que constrói o partido da revolução proletária deve levantar as bandeiras dos explorados, explicar a estratégia do governo operário e camponês, defender o método da ação direta, organizar a luta em torno das reivindicações e denunciar o eleitoralismo. Diante das denúncias de corrupção, rechaçamos as CPIs e defendemos no seio dos explorados a constituição de um Tribunal Popular.

A crise capitalista volta a se manifestar

Os resultados negativos da indústria automobilística em março, com queda de 15,2% nos licenciamentos de veículos no ano e de 7,1% no mês, e queda de 46,2% nas exportações anuais (18,8% no mês), levaram as montadoras a tomar medidas de adequação, em primeiro lugar atacando o emprego dos operários. A Mercedes já anunciou uma lista de 2 mil trabalhadores que devem aderir ao chamado PDV (Plano de Demissões Voluntárias). As demais montadoras estão um passo atrás, mas no mesmo sentido, dando férias coletivas ou fazendo adaptações de bancos de horas.

O impacto da retração nas montadoras se espalha pela economia. O crescimento positivo nacional dos dois primeiros meses do ano (4,2%) apenas cobriu o retrocesso do último bimestre de 2013. Os resultados da indústria em geral no país estiveram em 1,1% positivo no mês de fevereiro, mas já registrando quedas de 0,1% em S. Paulo, 1% em Minas Gerais, 0,9% no Rio de Janeiro e 5,3% no Espírito Santo. Paraná (+6,9%), Rio Grande do Sul (+7%) e Santa Catarina (1,6%) puxaram o índice para cima. Destaca-se ainda no mesmo mês a queda de 3,2% no índice de emprego paulista, e um recuo de 2,1% no nível nacional. E a queda na Bolsa de Valores paulista, que retrocedeu para os mesmos 46 mil pontos de julho de 2013, pior índice. A previsão de investimentos no triênio 2013-2015 ficou em 18,3%, contra 25,9% no triênio anterior. A previsão de aumento de investimento caiu de 43% para 34% em um ano, maior que em 2008/2009. Isso revela falta de confiança dos capitalistas na economia.

A queda da produção de máquinas agrícolas é maior que a retração do comércio mundial. As exportações dessas máquinas caíram 9,8% nos três primeiros meses do ano. A queda geral do trimestre foi de 21,3%, indicando que a retração interna foi ainda maior que a externa. E que a crise está afetando o setor do agronegócio.

Inflação em alta

A inflação de março saltou para 0,92%, maior taxa desde 2003. A taxa anual ficou em 6,15%, aproximando-se do limite máximo pretendido pelo governo, de 6,5%.

O aumento dos preços dos alimentos puxou o índice para cima. Foram 1,92% de subida só aí.

O Banco Central elevou as taxas de juros para 11% ao ano. Estavam em 7,5% há um ano atrás. O governo corre atrás do aumento da inflação elevando juros e, com eles, o custo da dívida pública.

O governo culpa o clima pela alta dos preços. A estiagem no Sudeste e Nordeste, a chuva excessiva no Norte, são os vilões da vez.

O fato é que os capitalistas buscam amenizar a queda dos lucros, causada pela retração no comércio mundial, que repercute no Brasil, com aumentos de preços. Os setores que não

podem fazer o mesmo aumentam o coro de descontentes com o governo, a exemplo dos produtores de álcool, que não conseguem aumentar o preço do combustível diante da contenção de preços da gasolina praticada pela Petrobras.

A crise externa pressiona a interna

A China é o maior comprador do Brasil, assim como de outros países produtores de matérias-primas. Sua economia está dando sinais de que a desaceleração é maior que a prevista pelo governo. Há dificuldade do governo para manter o crescimento do PIB em 7,5%, como pretendido. As exportações caíram 18% no ano, levando a um déficit de 23 bilhões de dólares na balança comercial do país.

Os Estados Unidos, para quem se previa um ano de retomada de crescimento, registram queda nas previsões de aumento do PIB de 3,2% para 2,4%. A Europa segue estagnada.

As quedas nas exportações brasileiras refletem a desaceleração da economia mundial. O problema maior é que as pressões externas estão se manifestando com mais força internamente.

Os explorados devem se preparar para defender seu trabalho e salário

A política governamental de sustentar a economia a partir de subsídios às multinacionais e bancos e crédito fácil ao consumidor se revela esgotada. O Estado avoluma sua dívida, a inflação o obriga a aumentar o custo do financiamento pela alta dos juros e o tiro sai pela culatra, levando a mais inflação e retração no consumo.

Os capitalistas têm pressionado e agido no sentido de compensar as perdas de lucros por meio do confisco salarial. A alta dos preços se espalha nos diversos setores econômicos como um vírus. Os setores que não podem realizar livremente os reajustes atiram com o governo para que se lhes facilite o caminho. O agigantamento da dívida pública empurra os governos para a condição de negação de reajustes salariais. A pressão inflacionária empurra os assalariados e o funcionalismo para a luta salarial. Ainda não se manifestou com toda força a destruição de empregos, que já se iniciou nas montadoras. Será mais um elemento de impulso da luta de classes.

A crise política, diante da disputa eleitoral, tem aumentado. As massas ainda não interferem diretamente no conflito, pois os principais setores da classe operária estão ainda contidos pela conciliação das direções.

É preciso trabalhar a denúncia do avanço da crise e impulsionar a mobilização e organização das massas para enfrentar a crise de forma unitária nas ruas. É uma necessidade um plano nacional de reivindicações, que una todos os movimentos dos explorados para fazer frente à ofensiva dos exploradores de ataques ao emprego e salário.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

As saídas das Montadoras para a queda das vendas

A crise econômica mundial atinge as montadoras no Brasil. Há uma queda nas exportações, principalmente para a Argentina. O mercado interno, por sua vez, não tem como cobrir as perdas das exportações como também está em retração. A GM de São José dos Campos, que já vinha demitindo, terminou o ano fechando um setor da fábrica e destruindo 687 postos de trabalho. Agora, anunciou férias coletivas de 14 de abril a 5 de maio para 400 operários da linha de motores. A GM de São Caetano, depois de parar a produção por seis dias, na tentativa de “ajustar a produção e as vendas”, impôs férias coletivas de 14 a 27 de abril. A linha de montagem da Ford, que envolve 900 metalúrgicos, está paralisada de 5 a 14 de abril. A Volkswagen de São Bernardo decretou 10 dias de férias coletivas em março e utilizou a suspensão temporária de contratos de trabalho na fábrica de São José dos Pinhais. A Scania criou 7 paradas entre os meses de fevereiro e abril, em São Bernardo do Campo. A Mercedes-Benz instituiu a semana de 4 dias e abriu o PDV na fábrica de São Bernardo do Campo e férias coletivas de 22 de abril a 12 maio na montadora de Juiz de Fora. A Peugeot Citroën impôs a suspensão temporária (lay-off) a 650 trabalhadores da fábrica de Porto Real, Rio de Janeiro, por cinco meses. A Renault suspendeu parte do terceiro turno da fábrica de São José dos Pinhais para reduzir a produção.

Além dessas medidas de cortes na produção, a Mercedes-Benz de São Bernardo, por meio de uma carta informou que a fábrica está com um excedente de 2 mil trabalhadores. Comunicou que o problema mais grave se encontra no setor de caminhões, mas que abrirá até julho o PDV para todos os setores da empresa. Premiará com mais salários extras os que aceitarem o PDV nesse mês. E que a partir de 5 maio eliminará um dos dois turnos da produção de caminhões. Concluiu com o anúncio de férias coletivas para o setor CKD, que produz veículos desmontados para exportação.

Essas medidas das montadoras são uma resposta à queda de vendas de caminhões e veículos em geral. Se a tendência à queda continuar, o plano das montadoras é o de cortar postos de trabalho.

Resposta da Tribuna Metalúrgica

A Tribuna de 4 de abril, diante das medidas tomadas pelas montadoras, compareceu embriagada de otimismo. Primeiro, disse que as negociações com o Ministério da Fazenda e o BNDES “começam a dar resultados”, referindo-se à volta do Finame Simplificado, aplicado na crise de 2009. Trata-se do encurtamento do prazo para aprovação do crédito para compra de caminhões, de 45 para cerca de 15 dias. Procura, assim, criar a expectativa de que, diminuindo os prazos para a aquisição de caminhões, a produção volta à normalidade e, conseqüentemente, os empregos estão garantidos.

Segundo, condenou o “pessimismo” da Anfavea, nomeando-o de “pessimismo fabricado”. Diz que não há outra explicação para a queda da compra de veículos a não ser a “expectativa negativa forjada por certos agentes econômicos... que prejudica todo o setor automotivo”. E que é

necessário “escapar da armadilha do pessimismo”, que provoca o adiamento das compras de veículos. Completou exemplificando que esse “pessimismo fabricado” dificulta as negociações entre o sindicato e a Mercedes, como também com as demais montadoras. Para justificar o otimismo do sindicato, publicou uma nota do Dieese intitulada: “Os Abutres da economia”, que diz: “O esforço de alguns agentes em jogar as expectativas econômicas para baixo resulta do descontentamento de um modelo de governo onde a presença do Estado se fortalece, o que vai na contra-mão dos interesses dos grandes especuladores”. O otimismo da nota diz que a economia está com indicadores positivos e que, se continuar assim, “os abutres terão de migrar para outro terreno”.

Essas respostas da burocracia mostram a impotência do sindicalismo pró-governo de responder aos ataques das montadoras. Diante do quadro de queda nas vendas e de ameaças de demissões coletivas, a burocracia joga a favor das montadoras. Acusa-as de pessimistas, reivindica ajuda do governo para garantir os lucros das montadoras e imobiliza os operários. Essa política é um veneno contra a defesa dos empregos, porque divide os operários, protege as montadoras e alimenta uma falsa esperança de que com negociação (sem luta) é possível modificar os planos das montadoras.

Unidade operária para enfrentar as montadoras

Os anos a fio de controle dos sindicatos por essas burocracias entreguistas fizeram retroceder a consciência de classe do operariado e sua organização independente. Diante das medidas patronais, o descontentamento e o temor estão sendo canalizados para a colaboração das direções sindicais com as multinacionais, que pela experiência resultam em demissões e mais perdas de direitos.

A ausência de uma fração revolucionária nas fábricas é um obstáculo para a elevação da consciência de luta. O POR intervéem como o Boletim Nossa Classe mostrando que a crise assumirá maiores proporções e que os capitalistas e seu governo a descarregará sobre a classe operária. Esse momento está se aproximando de forma mais abrangente. O fato dos sindicatos estarem estatizados impossibilita a preparação política da classe operária para reagir diante da crise. No lugar das reivindicações próprias do proletariado, a burocracia coloca os interesses das multinacionais. No lugar da ação coletiva (assembleias, manifestações, greves), coloca as negociatas em torno de medidas como lay-off, PDVs, férias coletivas, etc. É necessário dar uma resposta às novas condições da luta de classes que vêm se formando.

Temos repetido o alerta sobre a evolução da crise e as ameaças de demissões em massa. Temos denunciado a política traidora da burocracia. E temos chamado os operários a defender a convocação da assembleia geral e da aplicação da democracia operária. Essa linha deve ser reforçada. A defesa da assembleia geral dos operários das montadoras e aprovação de um plano comum de luta pelos empregos e direitos é o ponto de partida para enfrentar a ofensiva das multinacionais.

CUT e Força Sindical: da marcha aos festejos de 1º de maio

A CUT, Força Sindical e suas aliadas reuniram milhares de trabalhadores no centro de São Paulo. Prometeram retornar às ruas caso Dilma Rousseff não receba as Centrais, que têm em mãos (desde 2010) uma “Agenda da Classe trabalhadoras para um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho”. Disseram que o tamanho da marcha refletirá nas “mesas de negociação”.

Os balões vermelhos e laranjas tomaram a Praça da Sé e se dirigiram para a Paulista. A Força Sindical criticou o fato do governo não ter atendido os “pleitos” dos trabalhadores, citando os exemplos do fim do fator previdenciário, a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais, o fim do PL 4330 (que aumenta a terceirização). A CUT, por sua vez, com maior presença na manifestação, enfatizou que não havia caráter partidário, mas era uma cobrança aos candidatos que disputarão às eleições. Repetiu a pauta que unificou a marcha das Centrais. No final, as Centrais pediram aos trabalhadores que dessem as mãos para aprovar a tal da agenda da classe trabalhadora.

A marcha das Centrais era a encenação da capacidade de mobilização, sem parar as fábricas e o comércio. Certamente, os milhares que compareceram são delegados sindicais, membros dos comitês de empresa, dirigentes dos sindicatos e uma franja de ativistas controlados pelas duas maiores centrais. O objetivo era mostrar ao governo a necessidade de ouvi-los antes das eleições e, se possível, antes da Copa do Mundo. Não havia nenhuma disposição das direções de organizar a classe operária para enfrentar as demissões, que estão sendo anunciadas. Não havia nenhum aceno à unidade grevista para combater o desemprego, os baixos salários, os PDVs, as terceirizações e outros ataques patronais. Por isso, a marcha só poderia terminar com o teatro das mãos dadas para novamente referendar a tal da agenda da classe trabalhadora.

Rondônia

Responsabilizar os governos e os capitalistas pelas enchentes

As enchentes do rio Madeira deixam aproximadamente 29 mil pessoas desabrigadas. Estas pessoas foram espalhadas entre diferentes abrigos, como escolas, casas de parentes e amigos. Os governos federal, estadual e municipal, junto aos empresários responsáveis pela construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, arquitetaram a retirada das famílias, que estão abrigadas nas escolas de Porto Velho para colocá-las em barracas de lonas em um parque utilizado para feiras de agropecuária, exposição de animais e cavalgadas, fora da cidade. Eles alegam que os alunos estão sendo prejudicados sem as aulas.

A demagogia do governo petista de Dilma Rousseff

A cheia do rio Madeira se converte no maior desastre ambiental, cujas piores consequências recaem sobre a população pobre dos estados de Rondônia, do Acre e da Bolívia.

Na segunda quinzena de março, a presidenta Dilma sobre-

A CUT compareceu com maioria para que a Força Sindical não ganhasse projeção como oposição ao governo Dilma. Nas eleições passadas, CUT e Força Sindical estavam juntas no apoio a Dilma Rousseff. Agora, a Força Sindical aparece alinhada aos partidos de oposição burguesa. Não por acaso, logo no início, a CUT proclamou que se tratava de uma marcha apartidária.

Para a classe operária, a marcha não modifica o curso de colaboracionismo e corporativismo dessas Centrais. Continuarão nas negociações com o governo e os capitalistas e aceitando a miséria salarial e a destruição de conquistas trabalhistas.

A marcha nada tinha a ver com o 1º de maio

A unidade das Centrais era somente em torno da marcha para cobrar audiência no Congresso Nacional e junto ao governo Dilma Rousseff. O 1º de maio continuará dividido e de grandes festas. A Força Sindical armou, como sempre, uma festa na Praça Campo de Bagatelle, com artistas que mais são ouvidos nos rádios e nos programas de TV. Os cupons e os sorteios são a garantia de que uma massa despolitizada estará presente no evento da direita Força Sindical. A CUT, por sua vez, repete os festejos, porém sem arrastar para os sorteios.

Aí está a podridão das direções sindicais. A marcha e o 1º de maio são consequências de uma política antioperária. O retrocesso político sofrido pela classe operária e a ausência do programa revolucionário no seio das fábricas são obstáculos que precisam ser superados para avançar a luta pela independência diante dos governos e dos partidos burgueses e pela expulsão da burocracia que controla a quase totalidades dos sindicatos.

O POR por meio de seu boletim Nossa Classe atua em defesa do programa a classe operária, objetivando a construção das frações revolucionárias no seio do proletariado.



voou Porto Velho seguindo até a fronteira do Acre. Declarou que é um exagero dizer que as enchentes, que atormentam a população pobre, são provenientes das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Fez demagogia eleitoreira e desresponsabilizou os capitalistas pelos crimes ambientais, como esse provocado pela constru-

ção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Do alto, disse: “Olhei o Rio Madeira, estive no Nordeste, que está na pior seca... Nós temos tido fenômenos naturais bem sérios no Brasil. É possível conviver com o fenômeno. Vamos discutir sim. Rio de planície tem pouco desnível. Não é possível olhar para essas duas usinas e achar que elas são responsáveis pela quantidade de água do Rio Madeira”. Veja a que ponto chega o governo do PT!

Dilma tenta tapar o sol com a peneira. Para acalmar a população atingida e evitar que se levantem contra esse crime dos governos e dos capitalistas, a própria justiça burguesa, diante de tamanho flagelo, arma um teatro sentenciando as duas hidrelétricas para “refazerem o estudo ambiental sobre os impactos das barragens às famílias que vivem às margens do rio”. Esse teatro é apenas para se ganhar tempo e os dois empreendimentos concluírem seus objetivos.

Rejeitar as lonas e exigir moradia a todos os desabrigados

Depois de conhecerem a infraestrutura do local para onde seriam levados, os desabrigados protestaram, pois constataram que não suportarão o calor intenso debaixo de lonas no parque de exposição de animais.

Os desabrigados enfrentam os governos e os empresários e sofrem a pressão das direções das escolas. A maioria das direções das escolas tenta colocar familiares e alunos contra os desabrigados para a retomada das aulas. É isso que a classe dominante faz, cria condições de desespero entre os trabalhadores e coloca uns contra os outros.

A divisão dos trabalhadores – pais, alunos, professores e desabrigados – fortalece a política dos governantes e dos capi-

talistas contra a população pobre que perdeu suas casas, seus pertences e suas roças. A unidade dos explorados por meio de manifestações conjuntas responsabilizando o estado e os empresários pelas enchentes potencia a luta dos desabrigados.

Diante de tamanha barbárie, há o silêncio do Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), do sindicato dos operários da construção Civil de Rondônia e da CUT. Não basta discurso, é preciso organizar a luta coletiva dos trabalhadores e dos desabrigados contra esse crime da burguesia.

Unidade dos explorados para arrancar as reivindicações

Estima-se que o prejuízo se aproxima dos três bilhões de reais, que serão tirados das condições de vida dos trabalhadores. A burguesia não arcará com nenhum centavo. As consequências vão além dos desabrigados. As doenças atingiram a população pobre em geral. Basta ver que as fossas que estouram faz com que as fezes se misturem as águas, gerando uma série de doenças endêmicas que vêm aumentando dia a dia, como a leptospirose, que já contou com vários óbitos, doenças gastrointestinais, cólera, dengue entre outras. As várias toneladas de peixes que morreram e as que estão impróprias para o consumo são incalculáveis. Os animais que foram tragados pelas águas e outros tantos mortos que apodrecem são o resultado dessa barbárie provocada pela sanha dos capitalistas e seus governantes.

A maioria explorada, que sofre com os crimes da burguesia, só tem o caminho da luta unitária em defesa das reivindicações, moradia, trabalho e indenização de todas as perdas. Essa luta implica ganhar as ruas diariamente, não aceitar as esmolas e a demagogia dos opressores.

PSol faz “parceria” na prefeitura de Macapá

A administração do PSol na prefeitura de Macapá em nada tem se diferenciado das administrações dos governos dirigidos pelos partidos da burguesia. Os ajustes feitos na economia do município, como o corte de gastos com folha de pagamento e aumento na arrecadação de impostos para se alinhar à Lei de Responsabilidade Fiscal, são medidas necessárias ao Estado burguês. Só para se ter uma ideia, a prefeitura reduziu de 62% para 53,8% as despesas com a folha de pagamentos. Segundo o governo, com um orçamento de R\$520 milhões e uma dívida de R\$240 milhões, os “ajustes” foram necessários para “normalizar” a situação.

Sobre isso, o atual prefeito, Clécio Luis (PSol) afirmou:

“Temos uma luta histórica contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ela hoje nos ajuda a ter uma gestão mais saudável porque traz mais recursos para o município. Precisamos equilibrar despesas e receita, sem reduzir os direitos da população. Sou socialista, mas a prefeitura não é. Não tem município socialista. Não tenho essa ilusão. Tem práticas do governo que reivindicam o socialismo, mas no estado em que estamos, precisamos, primeiro, fazer o dever de casa nos marcos regulatórios vigentes”

A partir daí, é possível perceber o tamanho da capitulação do PSol. Ao se integrar ao Estado burguês, segue seus ditames sem titubear. Assim como fez o PT. A Lei de Responsabilidade Fiscal é a justificativa dos governos para arrochar os salários, cortar gastos com os programas sociais e pagar as dívidas com os capitalistas.

Recentemente, Clécio teve, ainda, de enfrentar a paralisação

dos professores do município. No dia 17 de março, momento da Greve Nacional convocada pela CNTE, os trabalhadores da educação paralisaram suas atividades e protestaram em frente à prefeitura. Macapá é a única capital que não paga o Piso Nacional aos professores. O governo alega que não há dinheiro disponível para atender às reivindicações dos trabalhadores. O sindicato diz que o prefeito não cumpre a promessa de campanha (que é o pagamento do piso nacional) e prioriza gastos com publicidade.

Para completar o conjunto de medidas contra os trabalhadores, o governo investe em uma parceria com a iniciativa privada para lidar com a questão da habitação. Uma espécie de PPP (Parceria Público Privada) que visa a regularizar lotes urbanos. Segundo o secretário municipal de Governo e pré-candidato ao governo do estado do Amapá, Charles Chelala, a parceria é fundamental para resolver o problema da habitação. Diz ele:

“É quase uma PPP, o que causa certa ojeriza em setores mais setoriais do PSol. Acontece que, sem essa parceria, não legalizaríamos os terrenos na mesma rapidez. Não vejo problemas nesse tipo de concessão, considerando nossos princípios contra o neoliberalismo”.

Política de alianças

Para assumir a prefeitura de Macapá, nas eleições de 2012, o PSol teve de fazer alianças com os partidos da burguesia (PPS, PV, PRTB, PTC, PMN), além do PCB, para se eleger. A coligação de nome Unidade Popular evidencia o eleitoralismo e alinhamento com frações da burguesia desse partido. Clécio Luís

(PSol), havia assumido, anteriormente, o cargo de secretário da educação do governo do estado do Amapá, sob o comando de Camilo Capiberibe (PSB). O apoio de Camilo Capiberibe foi fundamental para sua chegada ao poder executivo.

Boa parte dos partidos da coligação assume cargos na prefeitura do PSol: o PV está na Secretaria de Assistência Social e Meio Ambiente, o PPS assume a Secretaria de Previdência e a coordenação de agências distritais está nas mãos do PRTB. Outro partido que vem se destacando na gestão do PSol é o PSD, cujo presidente é o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab. O vereador Lucas Barreto do PSD tem sido fundamental nas votações dos projetos. Em troca, pleiteia o apoio do PSol à sua candidatura ao governo do estado.

Bahia

Quanto mais se aproximar a Copa, maior será a repressão!

Por uma Plenária dos Movimentos Sociais, Organizações Políticas, Entidades sindicais e estudantis para por em pé um Comitê contra a Repressão e a Criminalização!

No dia 29 de março, em plena véspera dos 50 anos do Golpe Militar de 1964, uma manifestação de estudantes contra a Copa de 2014 no Brasil e em defesa das reivindicações de educação, saúde, moradia e transporte públicos foi duramente golpeada pela Guarda Municipal de Salvador. Poderia ter sido a Polícia Militar, a Polícia Federal ou a Força Nacional de Segurança, como ocorre frequentemente em outros conflitos (greves de trabalhadores do PAC, servidores públicos, professores, manifestações, camponeses, indígenas e repressão em favelas, cortiços e comunidades pobres).

O fato é que, pelos dados atuais, cerca de 18 estudantes (8 maiores e 10 menores, homens e mulheres) foram perseguidos, reprimidos, presos e levados à Central de Flagrantes e à Delegacia do Adolescente Infrator (DAI). Os estudantes ficaram incomunicáveis, em péssimas condições nas celas, expostos à humilhação pelo único motivo de exercer o direito democrático de expressão e manifestação contra a ganância da Copa e o

Como se vê, para chegar o poder do Estado, o PSol utilizou as mesmas estratégias de alianças dos partidos burgueses. Para permanecer no poder do Estado, tem que cumprir os acordos com esses mesmos partidos. Portanto, precisa tirar dos trabalhadores.

A conclusão é que o PSol aplica a política burguesa contra os trabalhadores, pois saiu das entranhas do PT, que já está corrompido. Não é estranho que o prefeito tenha tal atitude, pois de socialista o PSol não tem nada. Fica a lição de que não é através das eleições burguesas que os problemas do proletariado serão resolvidos. Mas da construção urgente do Partido Operário Revolucionário, que defende a vida das massas e a destruição do capitalismo através da revolução social.

descaso com os trabalhadores, a juventude e demais explorados. Depois de muita luta foram liberados, mas os processos continuam.

As manifestações se ampliarão conforme se aproxime a Copa do Mundo. A aplicação das leis da copa para sufocar o inconformismo por meio da violência policial levarão muitos lutadores ao cárcere e a sofrerem processos. Não podemos ficar parados, esperando que as coisas ocorram espontaneamente. Precisamos agir. É preciso organizar as manifestações e constituir um Comitê contra a Repressão e a Criminalização dos movimentos sociais, organizações políticas, ativistas e lutadores. O Comitê tem a função de organizar coletivamente a defesa política e jurídica dos presos e processados, ligando-a indissolúvelmente às lutas nas ruas, apostando na força coletiva e na organização política dos trabalhadores, da juventude e demais explorados, sem ilusões nas instituições e partidos da classe dominante.

Publicamos abaixo o manifesto do POR divulgado no dia 31/03, enquanto os jovens ainda estavam encarcerados, exigindo a libertação de todos os presos.

**Nos 50 anos do golpe militar de 1964, manifestação da juventude é reprimida e vários jovens são encarcerados em Salvador-BA!
Liberdade imediata para os jovens presos políticos!
Em defesa do direito democrático de expressão e manifestação! A repressão aumentará! É preciso que os ativistas e organizações de esquerda construam um comitê contra a repressão!**

No dia 29 de março, ocorreu uma manifestação da juventude contra a copa milionária dos capitalistas, para denunciar a ganância desenfreada dos governos federal e estaduais e reivindicar que os recursos sejam aplicados na educação, moradia, saúde, transporte públicos. A manifestação ocorreu às vésperas de completar 50 anos do Golpe Militar de 1964,

responsável pelo assassinato, tortura, desaparecimentos, exílios de centenas de pessoas e pela repressão de organizações políticas de esquerda e movimentos sociais de operários, camponeses e da juventude.

A concentração ocorreu na Praça do Campo Grande e saiu em passeata até a Arena Fonte Nova. Ocorria a festa de ani-

versário da capital, patrocinada pela prefeitura. O objetivo da manifestação era demonstrar a profunda indignação com os gastos estratosféricos dos governos para fazer uma copa, no momento em que a população pobre passa as mais profundas privações, os trabalhadores

e seus filhos morrem nos corredores dos hospitais em condições desumanas, a

educação vegetal sem as condições adequadas de estudo e trabalho para professores e estudantes, os sem tetos peregrinam pelo direito à moradia, os camponeses e indígenas são expulsos das terras pelo agronegócio e a população trabalhadora sofre cotidianamente a precariedade dos transportes públicos. Bilhões são entregues às construtoras, aos empresários da FIFA.

Atuando como provocadores, os agentes da Guarda Municipal de Salvador provocaram um incidente para justificar a repressão aos jovens, que foram obrigados a deitar no chão, sofreram choques e mais de uma dezena foram encarceradas como se fossem desordeiros, quadrilheiros, criminosos. O seu “crime”: exercer o direito de livre manifestação e expressão, denunciar os gastos da copa e os interesses por trás do megaevento e lutar por educação, saúde, moradia e transporte públicos. Entre os presos, constam

dois estudantes militantes do Partido Operário Revolucionário (POR).

A repressão tende a aumentar à medida em que a copa for chegando. Está em curso a aprovação de uma Lei Antiterror, que penaliza os lutadores e os movimentos sociais, restringe a liberdade de expressão e manifestação e limita o direito de greve. Não podemos mais tolerar esse estado de coisas. É preciso defender com firmeza, por meio da ação direta (manifestações, greves, ocupações, assembleias) o direito à livre expressão e manifestação. É preciso defender o direito irrestrito de greve contra as amarras imposta pelo governo e parlamento. O POR conclama as demais organizações, ativistas, militância de esquerda e os trabalhadores a constituir um COMITÊ CONTRA A CIMENTAÇÃO E REPRESSÃO ÀS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, atuando no sentido de denunciar essa situação e defender de forma coletiva, política e juridicamente, o conjunto dos lutadores e da juventude oprimida.

LIBERDADE IMEDIATA DOS JOVENS LUTADORES ENCARCERADOS PELO ESTADO! SOLIDARIDADE ÀS LUTAS DE TODOS OS EXPLORADOS DO CAMPO E DA CIDADE! NÃO DESCANSAREMOS UM MINUTO ENQUANTO TODOS OS JOVENS NÃO FOREM LIBERTADOS!

Realizada primeira reunião da comissão pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão - Bahia

No dia 10/04, foi realizada a primeira reunião da comissão pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão em Salvador-BA. Participaram da reunião POR, PCB, PSol, Contra-Corrente, além de uma liderança do bairro popular Beiru.

O Comitê Estadual Contra a Repressão surgiu como resposta ao avanço da repressão policial, cuja síntese se deu na prisão de 18 manifestantes em Salvador. O POR fez a defesa incondicional de todos os presos, organizou uma manifestação na Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), onde estavam os 10 menores, e chamou a constituição de um comitê contra a repressão, em seu manifesto de 31 de março.

O fato concreto, que foi a prisão dos 18 jovens, possibilitou a unidade da esquerda na luta contra o avanço da repressão, consubstanciada na proposta do POR. A militância porista defendeu, na reunião dos professores que fazem oposição à direção da APUB, a constituição do comitê, que foi aprovada pelos integrantes deste coletivo. Imediatamente, foi marcado o dia da primeira reunião.

A primeira reunião da comissão pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão foi parte da programação, na UFBA, do dia nacional de paralização dos docentes das IFES. A reunião começou com uma rápida apresentação dos presentes. Depois, iniciou-se a discussão sobre a conjuntura, com a exposição de um camarada do POR. Na fala do camarada, destacou-se que a prisão dos 18 manifestantes em Salvador não foi um caso isolado, mas que, com o avanço da crise mundial do capitalismo, as tendências repressivas amentarão cada vez mais, como resposta ao desenvolvimento da luta de classes.

Falou-se, na exposição de outros camaradas, entre eles, dois militantes do POR presos na manifestação do dia 29/04,

sobre as prisões e processos contra estudantes da USP, UNIFESP, que levaram à construção do Comitê Estadual Contra a Repressão em São Paulo, sobre o avanço da repressão no Rio de Janeiro, com a instalação de UPPs e com as ocupações de morros e favelas pelo exército, da luta contra a instalação de uma UPP na UNEB e da repressão à juventude no Rio Grande do Sul e na UFSC.

A reunião tratou também da exposição e discussão das três leis repressivas que foram aprovadas ou que estão em tramitação: a Lei Geral da Copa, a Lei Antiterrorismo e a Portaria do Ministério da Defesa sobre a Garantia da Lei e da Ordem. Falou-se também da aprovação de uma lei que permite a presença de polícias estrangeiras no País durante a copa e do envolvimento direto dos Estados Unidos na preparação dos policiais que atuarão contra os manifestantes.

Sobre o caráter do Comitê, o POR defendeu que este deveria organizar a defesa política e jurídica dos presos e dos que virão a ser detidos, denunciar o avanço da repressão e organizar a luta contra a ofensiva repressiva do Estado capitalista. Frisou que o comitê deve ser independente do Estado, governos e partidos burgueses, portanto, rechaçou a presença de qualquer órgão do Estado, defendendo que o comitê deve ser composto pelas organizações que atuam no campo da luta de classes.

No final, encaminhou-se a realização da próxima reunião no dia 14/04, um debate no dia 15/04 sobre “Conjuntura e leis repressivas – A necessidade de construir o Comitê Estadual Contra a Repressão”, ampliar o convite a outras organizações de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, a elaboração de um boletim do Comitê e a criação de meios de divulgação.

Moção de denúncia à repressão e prisões de manifestantes na Bahia

O ataque policial e as prisões de manifestantes em Salvador, Bahia, no dia 29/3, são parte de uma estratégia dos governos de bloquear a qualquer custo o movimento de defesa das condições de vida dos explorados e de rejeição ao desperdício de dinheiro público com a Copa. Estamos enfrentando um avanço da repressão contra os movimentos a partir das mobilizações de junho do ano passado. Mas se trata de uma ofensiva geral, refletida na política de segurança pública de militarizar a vida social. A criminalização dos movimentos pelo poder do Estado é um grave sintoma da crise econômica, que se converte em crise social. Indica que os governos não estão dispostos a atenderem as reivindicações dos explorados e oprimidos. Passada a jornada de junho que mobilizou em todo o Brasil milhões, não se tem uma resposta positiva às reivindicações de saúde, edu-

cação, habitação e transporte. Está aí por que a realização da Copa dos ricos e para os ricos comparece como um motivo para as manifestações. Os governos falam que está garantida a liberdade de manifestação, mas não é isso que vem acontecendo. O monumental aparato policial voltado a coibir as manifestações e a orientação de quebrar a luta já de início com as prisões nos dizem que os governos nas palavras fazem profissão de fé no direito de manifestação e na prática agem contra o menor sinal das lutas de massa. Por todas essas razões, nos manifestamos contra o ataque policial ao movimento em Salvador, nos solidarizamos com os manifestantes que foram presos e denunciemos a ofensiva da repressão traçada pelos governos.

Ajude a passar esta moção junto aos sindicatos e organizações e encaminhe para por@pormassas.org

Repressão policial aumenta

As forças reacionárias do Estado burguês compreendem o estado de ânimo de parcelas das massas, entendem o que significou as mobilizações de junho e preveem o estremecer das bases econômicas e políticas da conjuntura atual. Por isso, atuam para se articular e impedir que novas manifestações massivas voltem a ocorrer. Contam com a dispersão e a divisão dos movimentos, com a falta de organizações revolucionárias e com a falta um programa de reivindicações gerais. Mas sabem também que a ação instintiva e espontânea, sobretudo da juventude, contesta o poder do capital e do Estado, ainda que apenas embrionariamente.

Trincheiras de luta

Em todo país, manifestações, greves, ocupações e passeatas de ruas colocam os problemas da moradia, do transporte, da educação e têm em comum a rejeição aos gastos dos governos frente aos megaeventos, como a Copa.

Em fevereiro, a repressão policial foi responsável pela morte de duas pessoas. Um idoso que fugia das bombas e da ação policial contra os manifestantes que lutavam em torno do movimento pelo transporte público e um cinegrafista, Santiago Andrade, atingido por um rojão. O fato serviu para toda mídia burguesa condenar os manifestantes e condenar as manifestações contra a Copa.

Em 13 de março, em Blumenau, SC, o movimento pela “Tarifa Zero” foi brutalmente reprimido pela polícia. Houve 5 prisões e mais de 11 feridos, sendo 8 hospitalizados. A manifestação que contava com pouco mais de 100 pessoas foi tratada com brutal violência. Um adolescente de 14 anos foi ferido pelos cães de guarda da polícia.

Ainda em Santa Catarina, em 25 de março uma ação da polícia no campus principal da UFSC redundou em mais violência. Alegando uma ação contra as drogas, houve a prisão de um estudante de geografia e um tumulto contra os estudantes que se opuseram à sua prisão. A ação policial foi respondida com a ocupação da reitoria em 27 de março por mais de 300 alunos que exigiam que a Reitoria rompesse com o contrato com a PM, estipulado em dezembro de 2013. O fim da ocupação ocorreu em 28 de março, mas o impasse continua e deve levar a novas manifestações estudantis e ações policiais.

Em 29 de março, 18 estudantes foram presos em uma manifes-

tação contra a Copa em Salvador. Entre eles, havia menores que foram levados à Fundação Casa (FEBEM). A ação repressiva do Estado cria todas as situações possíveis para reprimir e prender os ativistas. Esse foi mais um episódio dessa política.

Em 31 de março, ocorreu uma reunião dentro do campus da Universidade Federal de Goiás de várias forças repressivas (polícias federal e militar, polícia do exército, etc.) que pautaram a ação do Estado frente aos megaeventos que estão se aproximando. O objetivo da reunião é articular uma ação conjunta para reprimir estudantes e trabalhadores através da recém criada Secretaria Extraordinária de Segurança para grandes Eventos. O movimento estudantil da UFG no mesmo dia reuniu uma grande assembleia e tirou uma nota pública contra tal ação no campus universitário. Também em Goiás novas ações do movimento estudantil vão ocorrer e devem responder à repressão do Estado policial.

Reagir com luta e organização

A ação do Estado é, na verdade, uma reação contra os movimentos que levantam e contra a nova etapa da luta de classes que se projetou a partir de 2008. O desemprego, a carestia da vida, a inflação são elementos explosivos. A educação, a saúde, os transportes públicos se veem ameaçados. Os governos não podem retroceder. Suas leis, seu aparato repressivo e ideológico serão cada vez mais solicitados para conter a ação das massas. É preciso organização dos lutadores.

Todas as organizações de esquerda, de direitos sociais, dos movimentos populares devem se erguer com a bandeira de fim da repressão, de fim dos processos e livre direito de manifestação e de greve. A organização de Comitês Estaduais contra a Repressão é urgente! A luta para defender as manifestações deve partir de bandeiras concretas, como o desmantelamento das polícias militares e a formação das milícias populares. A bandeira de “Abaixo a Copa bilionária dos capitalistas e dos governos” deve pautar nossas ações. A luta por moradia, transporte, educação e saúde deve continuar sendo levantada em cada ato e autodefesa deve aparecer como forma de se opor à ação reacionária do Estado.

Abaixo à repressão! Pelos Comitês Estaduais e por um movimento nacional de defesa das reivindicações de trabalhadores e da juventude! Abaixo a Copa milionária dos capitalistas!

Alckmin reprime a greve dos agentes penitenciários

No dia 10 de março, os agentes penitenciários iniciaram a greve, convocada pelo Sindasp (sindicato dos Agentes Penitenciários de SP), ligado à Força Sindical. O Sifusp (Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de SP), vinculado à CUT, em uma suposta assembleia, havia decidido um indicativo de greve para o dia 1 de abril. Os demais sindicatos/associações, como o Sindcop (ligado a UGT) não se manifestaram.

A greve sob a direção do Sindasp era uma paralisação contínua, pois os funcionários entravam para trabalhar, batiam seus pontos e não faziam os serviços externos, como transferência de presos, recebimento de presos das unidades prisionais, transporte de presos para os Fóruns, etc.

A pauta de reivindicações era composta de reposição salarial de 20%, redução dos níveis de carreira de VIII para VI (que implicava elevação salarial) e contratação de novos funcionários por parte do estado. O governo Alckmin se negou a atender as reivindicações e impôs a repressão sobre o movimento dos grevistas, para que os serviços de transferência e recebimento de presos fossem cumpridos. Usou os meios de comunicação para ameaçar os grevistas de prisão.

Quando a greve era um fato, os sindicatos/associações como Sindcop, Sindespe e Sifusp aderiram ao movimento.

Convenção da Oposição – Sinpeem

É preciso derrotar a burocracia sindical liderada por Cláudio Fonseca!

No sábado, dia 5/4, ocorreu a Convenção da Oposição. Seu objetivo era aprovar o programa e a composição da chapa. Porém, a Convenção mostrou as limitações da Oposição, que devem ser superadas para que possa ser expressão do descontentamento dos professores com a burocratização do Sinpeem.

A Corrente Proletária da Educação/ POR interveio defendendo o programa e uma chapa frentista, ambos aprovados pela Convenção.

O resultado da composição da chapa foi: 102 votos para a Laura, do Bloco (PSol / Intersindical); 94 para a Lourdes, da Oposição Alternativa (PSTU / CSP-Conlutas e independentes) e 35 para o Almir ; 5 votaram nulo. A Corrente Proletária votou criticamente na chapa da Oposição Alternativa.

Vale lembrar como positiva a constituição da chapa frentista de Oposição no Sinpeem. Fato que não ocorreu na Apeoesp. As eleições ocorrerão no mesmo período. As correntes políticas são as mesmas, mas a disputa aparelhista entre o PSol e PSTU foi mais forte, o que impediu a convocação de uma Convenção democrática e a constituição de uma chapa unificada. No Sinpeem, PSol e PSTU estão juntos; na Apeoesp, conformam as chapas 2 e 4, o que causou descontentamento dos professores que aspiram a unidade oposicionista. É bom lembrar que a divisão de uma oposição sindical pode ocorrer, desde que seja resultado de discussões programáticas em convenções democráticas.

Defesa do método

A burocratização do sindicato é grande. O que implica um combate sem trégua para ganhar a direção do sindicato e co-

locá-lo a serviço da luta dos trabalhadores da educação. Portanto, recuperar o sindicato como instrumento de luta coletiva, empregando o princípio da democracia proletária. Uma chapa de oposição que não tomasse essa premissa em seu processo de construção estaria se igualando ao burocratismo da camarilha que dirige o sindicato atualmente.

O governo agiu reprimindo violentamente o movimento. A Secretaria de Administração Penitenciária exigiu que os diretores das unidades prisionais fizessem Boletim de Ocorrência contra os grevistas e assim chamar a polícia. Diante do impasse, o Ministério Público propôs a suspensão da greve por 48 horas para que o governador enviasse uma contraproposta. No dia 25 de março, Alckmin concedeu 10% a 18% de acordo com o nível salarial. Tratava-se uma proposta abaixo da reivindicação dos grevistas, mas acima dos 5% a 7% de reajustes iniciais. E diminuiu um nível na carreira, também abaixo da reivindicação do movimento. O Sindasp, diante dessa proposta do governo, encerrou a greve.

A greve permitiu expor a situação degradante dos presídios, a exploração do trabalho dos funcionários e a política repressiva do PSDB. Também evidenciou a divisão dos sindicatos/associações, imposta pelas burocracias vinculadas à Força Sindical, CUT e seus satélites. Mostrou as limitações de uma greve, com assinatura do ponto e permanência nas unidades prisionais. E colocou a importância da greve, que enfrentou o governo e a hierarquia que comanda as unidades.

Programa contra programa

Apesar da reiterada afirmação do POR pela necessidade de debater e votar as divergências, as correntes majoritárias que compõem a Oposição (PSol / Intersindical - PSTU / CSP-Conlutas) tentaram secundarizar esse processo. E o fizeram de várias maneiras: levando à Convenção uma “proposta de programa” com itens “consensuais”, sem as principais bandeiras da Corrente Proletária, por exemplo; colocando dois companheiros (dos seus agrupamentos) para fazerem uma “exposição sintética” da tal proposta, que seria um “acúmulo” da chapa, tentando substituir a exposição dos programas, etc.

Ficou claro que o interesse dessas correntes era a disputa pela cabeça-de-chapa. Desnudou-se o eleitoralismo por trás da participação desses agrupamentos na Convenção. Estavam de olho na possibilidade de projeção de suas campanhas no interior do sindicato e para fora dele também, já que se trata de ano de eleições gerais.

A dispersão do plenário era tamanha que quase inviabilizou a exposição e votação dos pontos do programa. A Corrente Proletária se viu obrigada a reivindicar o direito de expor seu programa, combatendo a farsa da “exposição resumida do acúmulo da chapa”.

Na sequência, a mesa tentou encaminhar os trabalhos como se não existissem divergências entre os programas, divergências que tivessem de ser confrontadas. Pretendia que os professores se inscrevessem e colocassem suas propostas de modificação, pressupondo assim uma concordância de essência. Ora, o fato de estarmos construindo uma chapa unitária contra a burocracia não significa que não tenhamos diferenças profundas, pelo contrário. Portanto, com essa avaliação em mãos, o POR defendeu que fosse votado programa contra programa.

Apesar da proposta de encaminhamento ter sido derrotada, o debate mostrou sua importância e se revelará daqui por diante ainda mais relevante. Isso porque permitirá à Corrente Proletária/ POR se diferenciar, principalmente perante a vanguarda dos demais agrupamentos.

O POR não entende o programa como uma lista de reivindicações conjunturais, como uma mera plataforma eleitoral. Ao contrário, o programa revela uma compreensão comum da realidade que se pretende transformar, implicando caracterizações de fundo, conectadas com as consignas imediatas.

Para evitar os constrangimentos, a mesa da convenção encaminhou a proposta de incorporar as posições programáticas do POR, à exceção do tema da divisão das centrais sindicais. Surpreendentemente, pois todos sabem que há divergências sérias ao redor das bandeiras de salário mínimo vital, escala móvel de reajustes e das horas de trabalho, estabilidade a todos, entre outras defendidas pela Corrente Proletária. Ficou evidente que se trata de uma manobra, sendo que pretendem marginalizar essas propostas nos materiais de campanha. Ou mesmo porque não dão a mínima para o programa e não queriam mais perder energia com isso, passando logo à escolha do cabeça-de-chapa. Talvez ambas explicações devam ser conjugadas.

Proporcionalidade, com apresentação das listas

Mais um fato que revela o desprezo pelo programa é que a proposta do POR de apresentação das listas com os nomes que compunham as chapas foi rejeitada. Queriam votar os cabeças-de-chapa e estabelecer a proporcionalidade a partir do percentual obtido por cada candidato.

Por que dizemos que isso significa desprezo pelo progra-

ma? Porque o critério para a escolha daqueles que comporão a chapa deve ser a capacidade de expressar, não só pelo discurso, mas também pela prática, o programa definido coletivamente.

Como a proposta do POR foi derrotada, a escolha dos nomes ficou para depois, o que é uma distorção. Prevaleceu um traço aparelhista deplorável existente no interior da chapa da Oposição, que necessita ser combatido a todo momento.

Conclusões

1. Há que superar os traços burocráticos e aparelhistas presentes na convenção, que constituiu a chapa frentista para enfrentar o caudilho Cláudio Fonseca;

2. A Convenção, novamente, não passou de uma mera formalidade. Os acordos entre os dois maiores agrupamentos em torno do método de discussão do programa e composição da chapa atestam essa colocação;

3. A Oposição no Sinpeem é frágil, não pela pequena inserção nas escolas, mas sobretudo pela política de constituição desse polo classista. Prevalece o peso numérico dos agrupamentos em detrimento das ideias programáticas e da democracia sindical;

4. A convenção era a disputa numérica entre as duas maiores forças – PSol e PSTU. Daí a pouca importância para o debate do programa e a aceitação das propostas divergentes, como forma de agradar a todos;

5. Como os professores não foram convocados para a Convenção de disputa de programa e composição de chapa, a despolitização e a dispersão foram grandes;

6. O POR votou criticamente na chapa do PSTU e fará parte da composição da chapa unificada de Oposição. O direito de expor as divergências e a necessidade de unificar a oposição foram as razões para o nosso voto. Por outro lado, o POR rejeita o discurso antipartidário encabeçado pela chapa liderada por Almir, que obteve 35 votos.

Como se vê, há vários problemas nessa composição frentista. Esses obstáculos devem ser superados para que a Oposição se fortaleça, não unicamente para disputa de eleições no sindicato, para que se constitua na referência de luta pelas reivindicações dos trabalhadores da educação e pelo combate à burocratização do Sinpeem.

Eleições para a APEOESP: golpe da burocracia e divisão da oposição

O maior sindicato do país, a APEOESP, realizará novas eleições no dia 06 de maio. Serão eleitos os conselheiros das regiões (subsedes) e a Diretoria estadual. Dirigida há 30 anos pelo PT (com o auxílio do PCdoB), a APEOESP é hoje um sindicato atrelado à política dos governos estadual e federal. Comparece como oposição ao PSDB no Estado de SP, mas faz todo tipo de acordo e conciliação com a Secretaria de Educação. Há pelo menos três anos, participa da chamada “Comissão Paritária”, que congrega governo e sindicatos. Utiliza essa participação para quebrar movimentos, greves e toda campanha salarial.

A APEOESP, sob a direção petista, busca cada vez mais se aproximar das práticas hegemônicas que se disseminam nos sindicatos cutistas. Congressos esvaziados, com a burocracia

das regiões, falta de democracia nos debates e nas plenárias. Nada de plano de lutas, nada de organização em torno de bandeiras e reivindicações vitais dos trabalhadores da educação.

Apesar de seu ataque à democracia sindical, há uma fração oposicionista importante. Essa fração se apoia nas bases mais politizadas e consegue, nas assembleias, impor certas derrotas à burocracia. Entretanto, as duas maiores frações dessa oposição estão sob o controle do PSol e PSTU. Ambos com traços burocráticos e sem uma política proletária de defesa das condições de vida dos trabalhadores e da educação pública. Como oposição minoritária, não fizeram, ao longo de anos, uma dura batalha contra os petistas. Em momentos importantes, como a greve de 2013 aliaram-se à burocracia (caso do PSol).

Apoiada nessas condições, a direção da APEOESP armou mais um golpe: modificou a data das eleições para o início de maio. Para a burocracia, tanto faz a data das eleições, porque tem o aparato em suas mãos e pode utilizá-lo a seu bel-prazer, controla a maior parte das subseções do interior, controla o maior orçamento dos sindicatos de professores e conta com petistas em todo o Estado de São Paulo. Pode ainda, quando necessário, fraudar abertamente as eleições, com impugnação de urnas, alteração de roteiros das eleições regionais, etc. Enfim, pode promover uma farsa e garantir mais três anos de poder sobre o aparelho sindical.

A oposição, por sua vez, conta com menores forças e dependeria de uma unidade em torno de um programa classista e da denúncia sistemática junto às escolas. Não tem, no entanto, essa prática. Utiliza-se do aparelho e não pode chegar à raiz da crítica à burocracia.

O PSol e PSTU não acordaram a unidade em uma chapa. Comparecerão divididos e fortalecerão assim a burocracia. Outros grupos menores, como o PCO, atuam de forma sectária e oportunista. Não querem a unidade contra a burocracia, querem se construir a qualquer custo, inclusive, com o apoio dos petistas, como ocorreu no Congresso de 2013, quando fizeram acordos com os petistas para conseguirem delegados.

As condições de crise econômica obrigam as burocracias a quebrarem qualquer resistência dos trabalhadores. A APEOESP, ainda que sob condições adversas, protagonizou grandes manifestações massivas. Impôs derrotas parciais aos governos e pôde erguer uma vanguarda disposta à defesa da educação pública. Destruir esse sindicato é mais um passo dos cutistas, governistas em sua estratégia de conciliação de classe.

O PSOL reforça a política reformista no interior do sindicato. Repete, sob outra forma, a burocracia dirigente. É eleitoreiro e afeito aos acordos de cúpula. Acredita que reuniu forças para alcançar os 10% nas eleições e ganhar cadeiras no interior da diretoria. Não tem como método a ação direta e

alimenta todo tipo de ilusão nos parlamentares. Quer ganhar dimensão eleitoral. O sindicato é apenas mais uma peça nessa estratégia eleitoral. Não conquistará a independência sindical, mesmo que alcance mais alguns diretores.

OPSTU, com seu agrupamento “Oposição Alternativa”, que reúne correntes independentes, oscila entre a ação direta e a política de enfrentamento ao governo e a sua disposição para os acordos de cúpula. Precisa se diferenciar com uma política mais à esquerda, de combate à burocracia e aos governos, entretanto também se utiliza do aparelho sem uma crítica sistemática à política de conciliação da burocracia. Por ser um corrente centrista, não pode apresentar uma linha coerente e revolucionária. Pode, entretanto, defender, nas atuais circunstâncias, uma política de independência do sindicato frente aos governos.

Posição da Corrente Proletária/POR frente às eleições

Não é possível defender o voto nulo quando há uma ofensiva dos governistas para ampliar a estatização do sindicato. A Corrente Proletária interveio por meio de duas cartas abertas clamando a convenção da Oposição, mas prevaleceu a política de reuniões de cúpula entre o PSol e PSTU para decidir a unidade ou não da oposição. Como fração minoritária, não havia condições de organizar uma chapa que expresse o programa proletário para o magistério paulista. Essa fração surgirá das lutas e mobilizações dos trabalhadores através da ação direta e da experiência com a burocracia e com as correntes oposicionistas. Atuamos em torno das reivindicações mais gerais e elementares dos trabalhadores e na defesa do sistema único de ensino público. Continuaremos a defender esse programa, apoiado na ação direta das massas.

Contra a chapa 1, da burocracia cutista, chamamos o voto crítico na chapa da “Oposição Alternativa”, mostrando suas limitações e demonstrando a necessidade de continuar a defendendo a constituição da fração revolucionária e do programa revolucionário para a educação.

Fortaleza-CE: Boletim da Corrente Proletária na Educação – Oposição sindical na Apeoc e Sindiute

Preparar a Greve da categoria!

Rejeitar a política de concessão de migalhas de Cid

O governador Cid enviou para Assembleia Legislativa um pacote de medidas de suposto benefício aos servidores estaduais. Trata-se de mais uma jogatina eleitoral para pressionar os aliados políticos da base de apoio.

Na verdade, se aproximam as eleições estaduais. O governo agora acena com migalhas ao servidor estadual. Não precisamos lembrar que Cid Gomes é o inimigo número um do funcionalismo público, especialmente do magistério estadual, setor reprimido durante as greves por meio da justiça burguesa, teve destruídas conquistas e suportou o arrocho salarial.

Algumas das medidas adotadas neste pacote são meras obrigações do governo como, por exemplo, a publicação da estabilidade funcional e a homologação e convocação dos concursados. A correção da Parcela Variável de Referência/PVR que foi estabelecida em R\$ 200,00 para os professores de contrato temporário; e a dos graduados, que passou de R\$ 670,00

para R\$ 720,00; dos mestres, que foi de R\$ 250 para R\$ 300,00 e dos doutores, que passou de R\$ 250,00 para R\$ 300,00, ou seja, mísero reajuste de R\$ 50,00 respectivamente. Os especialistas tiveram um ‘pirulito’ maior de R\$ 300,00 para R\$ 450,00, ou R\$ 150,00 de reajuste.

A direção governista e traidora da APEOC (Anízio e Cia.) está se vangloriando e cantando vitória com a prorrogação da PVR até 2020 e a formação de uma comissão de estudo para a descompressão da carreira. No entanto, o que está por detrás desse acordo espúrio entre o governo e direção do sindicato é barrar a luta da categoria por um salário vital que corresponda ao ganho real de acordo com outras categorias de nível superior. Isto é, R\$ 4.200,00 no início de carreira. Para tentar sedimentar as ilusões com migalhas e o velho lenga-lenga da descompressão da carreira.

Já o reajuste salarial da categoria continua sendo 5,7%, abai-

do dos 8,32% recomendado pelo MEC e dos 19% da previsão de reajuste do custo aluno.

O extraclasses, liminares de Tasso, os professores que entram individualmente na justiça e voltaram às suas atividades, o que aconteceu foi que o governo só fez regulamentar em lei. Em relação ao reajuste do vale refeição, qual foi o percentual? Os atuais R\$ 10,00 diários não são suficientes para as necessidades dos servidores estaduais. A concessão do vale alimentação

aos professores de contrato temporário que o governo transformou em um projeto de lei se deveu à pressão da base por meio de reuniões de zonais à revelia da direção do sindicato,

to, e devido a atos em frente ao Palácio da Abolição e inclusive à disposição da categoria entrar em greve etc.

Para a Corrente Proletária na Educação/POR, é preciso decretar a greve contra a enrolação do governo Cid em não conceder reajuste. A direção da APEOC alimenta essa política de migalhas do governo. A inflação está corroendo os salários e o custo de vida está nas alturas. Nessa fase de desintegração do sistema capitalista, em que os governos de plantão vão avançar na retirada de direitos e arrocho salarial, não podemos aceitar apenas a reposição do INPC. A nossa luta não deve ficar no marco puramente econômico; precisamos lutar pela destruição do regime atual por meio da revolução proletária.

O fracasso da Escola em Tempo Integral

Em Caraguatatuba, Litoral Norte de SP, em 2014, foi instalada mais uma escola em tempo integral, projeto da Secretaria de Educação da rede estadual. O projeto iniciou-se em 2012 e foi alardeado como uma nova “panaceia” para a evasão e o fracasso nos resultados do ensino, sobretudo, na etapa do Ensino Médio. Quase duas centenas dessas escolas estão espalhadas pelo estado. Desde o início, criticamos o projeto por ser excludente, por dividir a categoria, com salários diferenciados, e não chegar à raiz da crise educacional.

Como em todos os projetos do governo, a maior parte é enganação, propaganda eleitoral. Não é diferente no caso da escola em tempo integral. Muito se prometeu e pouco se cumpriu do mínimo que estipularam. Em virtude disso, estudantes da escola de Caraguatatuba organizaram um movimento com paralisação, assembleia, comissão de negociação para exigir que as promessas feitas pela direção da escola e pela diretoria se realizassem. Embora o movimento não tenha força para derrotar a política do governo, porque depende de uma unidade de estudantes não só dessa escola, mas de todas as escolas com esse projeto e, em última instância, de todos estudantes da rede, a experiência demonstra a necessidade organização da juventude e seu potencial para derrotar a política destruidora do ensino do governo e de seus representantes.

Divulgamos a carta abaixo apoiando os estudantes e colocando a necessidade de luta.

Carta à comunidade escolar (alunos, pais, funcionários e professores)

Nós, professores da Corrente Proletária na Educação, **apoiamos o movimento dos estudantes** da Escola Dr. Eduardo por melhorias nas condições de ensino.

Os alunos decidiram no dia 27/03/2014 por uma paralisação. Elaboraram uma pauta de reivindicações e a formação de uma comissão de alunos para estabelecer um diálogo com a equipe gestora, buscando o estabelecimento de datas e possíveis soluções para os problemas que estão enfrentando na Escola de Tempo Integral.

De lá para cá, a direção reagiu pressionando os alunos a dissolverem o movimento, chamando pais dos alunos da comissão

para pressioná-los, etc. A direção faz tanto esforço para acabar com o movimento e nenhum para efetivar a pauta de reivindicações, que é elementar.

O projeto de Escola de Tempo Integral foi aprovado pelo conselho de escola em março de 2013, com a promessa de um modelo diferenciado de escola, onde os alunos e professores permaneceriam integralmente, mas contariam com: um currículo diferenciado; laboratórios de química, biologia, robótica e informática; equipamentos tecnológicos como netbooks, lousas digitais e materiais para desenvolvimento do projeto; armários individuais; vestiário; e uma merenda balanceada.

A escola teve praticamente 10 meses para se adequar ao projeto, desde o período da escolha até o ano de 2014. Agora, a fala da equipe gestora e da diretoria de ensino é que o primeiro ano do projeto é de adequação, e não apresenta nenhum documento com data ou coisa do gênero, para termos ao menos a garantia de que isto irá acontecer, uma vez que as promessas que foram feitas o ano passado não foram minimamente realizadas, não podemos confiar num discurso que se mostrou falho desde o primeiro momento desse processo de implementação do programa.

Os alunos agiram corretamente ao escolher o método da paralisação para pressionar a direção da escola e o governo. Todos sabem que nada mudará se não houver pressão. Os movimentos

contra o aumento das passagens de Junho de 2013 e a greve dos Garis no Rio de Janeiro deste ano mostraram que só com os **métodos da ação direta** (assembleias, greves, manifestações) os explorados e oprimidos conseguem garantir as suas reivindicações.

Os pais, funcionários e professores conscientes da situação devem apoiar os estudantes!

- **Todo apoio ao movimento dos estudantes pela melhoria do ensino!**
- **Que os estudantes realizem assembleias estudantis para deliberar sobre os rumos do movimento!**
- **Que o movimento seja autônomo da direção da escola e do governo!**
- **Que seja eleita uma Comissão para representar o movimento!**



Eleições para o DCE da USP

Em 08, 09 e 10 de abril ocorreu a eleição para a nova direção do DCE da USP. Até o fechamento desta edição, não tínhamos os resultados das urnas, mas a tendência é a de uma vitória da situação (PSol/PSTU), que controlam a maior parte dos CAs. Concorreram oito chapas: situação PSol/PSTU, da direita, UJS/PCdoB, Consulta/PT, LER-QI, MNN, PCO e do POR mais independentes. As corrente de esquerda, que atuaram no movimento de 2013 em oposição à atual direção do DCE PSol/PSTU, negaram o chamado do POR para uma chapa unificada. As vésperas de encerrar as eleições, o oportunismo do PCO o levou a retirar sua candidatura.

A democracia na universidade foi o centro das cartas programas da maioria das chapas. No entanto, a eleição não expressou de fato uma disputa de programa, mas de aparato. As correntes, à exceção do POR, comparecem às eleições negando o movimento de 2013 e omitindo a bandeira de GOVERNO TRIPARTITE aprovada nas duas maiores assembleias.

Em essência, a oposição ou situação defenderam a democratização da atual estrutura de poder. Ambos se voltam contra o movimento que se levantou pelo fim do reitor e de toda a casta burocrática.

A chapa do PSol/PSTU manteve a bandeira de diretas e assimilou a estatuinte livre, democrática e soberana defendida pelo sindicato docente (Adusp) e LER-QI. A Consulta/PT também comparece defendendo a estatuinte. De fato, esta bandeira pode ser assimilada por todas as correntes centristas e reformistas, por não se chocar com a reitoria que chegou até mesmo a incluí-la no termo de acordo que foi imposto ao movimento de 2013.

As correntes maquiavam sua política de conciliação com a reitoria com o discurso do DIÁLOGO, defendida por quase todas as chapas. Com isso falseiam a realidade, encobrem que há interesses conflituosos entre a burocracia universitária, que privatiza e elitiza a universidade, e o movimento estudantil que luta pelas necessidades mais elementares. O diálogo é um argumento reformista, cria a ilusão de que é possível a reitoria melhorar as condições de estudo e trabalho, quando, na verdade, o diálogo é a submissão do movimento dos que estudam e trabalham à casta burocrática.

Não há distinção essencial quanto à linha política defen-

dida pelas correntes centristas e reformistas. Assim, a divisão das correntes em inúmeras chapas se explica mais pela disputa por aparato do que por divergência. Assim, tivemos duas chapas governistas e quatro de oposição mais à esquerda, além da direita e da situação.

PSol e PSTU escondem ser a atual direção

Em meio a esse processo, é preciso ressaltar a atuação da chapa do PSol e PSTU, que escondem ser a atual direção do movimento. São forçados a se esconder para se eximir de responsabilidade pela derrota do movimento de 2013 e pelo imobilismo de 2014 diante de graves problemas como a fragmentação de um campus inteiro (EACH) e a profunda crise financeira que afeta a muitos estudantes.

Crise de direção

A crise econômica empurrará o Estado e a burocracia a aprofundar os ataques à universidade, precarizando o ensino, aumentando as parcerias com as empresas privadas, retirando a permanência estudantil.

Essa situação objetivamente forçará os estudantes a se moverem contra os agentes dos ataques, e seguir reivindicando o fim do reitorado e a autonomia frente ao Estado burguês, que se dará sob a forma do GOVERNO TRIPARTITE.

Mas o movimento não encontrará uma direção que impulse o enfrentamento com a reitoria. A eleição para o DCE revela a necessidade de uma direção revolucionária. As correntes centristas e reformistas estão apartadas do movimento, são incapazes de se ligar às suas reivindicações. São obstáculos na luta pela real autonomia universitária. Em essência servirão aos interesses da burocracia universitária e do governo do estado contra as necessidades da maioria.

Por um GOVERNO TRIPARTITE! Eleito com voto universal e mandato revogável, e subordinado à assembleia geral universitária,!

Pela real AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA frente ao Estado e a burocracia!

Somente a autonomia universitária garantirá a conquista das reivindicações mais elementares dos que estudam e trabalham!

Fortaleza

II Plenária da Corrente Proletária Secundarista

No dia 05 de abril, realizou-se na UECE, a segunda plenária da Corrente Proletária Estudantil secundarista. Houve significativa participação de estudantes de cinco escolas, além de alunos da UFC e professores. A plenária foi dividida em duas partes. Na primeira foi feita discussão política tomando por base o panfleto **“abaixo a copa milionária da burguesia e seus governos”**. Destacou-se a necessidade de reconstruir o movimento estudantil, de organizar a formação política dos estudantes e a necessidade de luta nas ruas contra a repressão e contra a copa milionária da burguesia. Na segunda parte, houve informe sobre a situação nas escolas e na universidade,

seguida de discussão para encaminhamentos.

O POR, que impulsiona a organização da corrente secundarista, tem conseguido, a duras penas, vencer o atraso que prevalece entre os estudantes secundaristas. A Corrente, Proletária Estudantil ainda dá os primeiros passos, porém, começa a compreender o programa da revolução proletária e formar os primeiros militantes. Trabalhamos com afinco para superar a crise de direção no seio dos movimentos. Queiramos nós que entre os estudantes vingue mais cedo do que o esperado a construção de uma fração revolucionária que nos possibilite a realização desta tarefa.

Londrina/PR

Pela real democracia, Governo Tripartite com revogabilidade de mandato

Na sexta feira dia, 4 de abril, o TJ do Paraná, através de medida cautelar, reestabeleceu o voto paritário na eleição para reitor da UEL. O Conselho Universitário havia aprovado o fim da paridade em 2011 e substituído pela proporção de 70% para docentes, 20% para funcionários e 10% para estudantes. O sindicato dos funcionários conseguiu na primeira instância a o cancelamento daquela decisão, mas o Conselho Universitário recorreu ao judiciário e reverteu a medida mantendo a proporção de 70%; 20% e 10% para as eleições do dia 9 de abril. A eleição do jeito que foi organizada está comprometida e o Conselho Universitário foi convocado a se reunir no dia 7 de abril para se posicionar sobre a justiça.

O Conselho Universitário, diante desta situação, está em maus lençóis. O questionamento do sindicato havia sido por uma questão formal – o quórum que deliberou foi menor do que precisava –, mas, o Conselho, ao invés de refazer a decisão com quórum completo, com receio de perder para os defensores da paridade, preferiu recorrer à justiça contra a decisão judicial conseguida pelo sindicato dos funcionários. Agora, está bebendo o próprio veneno e preso na armadilha jurídica.

Os candidatos também estão em maus lençóis, pois todos fizeram campanha até agora direcionada a agradar os docentes, que detinham o peso de 70%, se esquivando de se colocar a favor da paridade e concordando com a regra espúria de maioria mais do que absoluta para os docentes. Agora, vão ter que rebolar para agradar os funcionários, que são o segmento que mais maciçamente vota.

O sindicato dos funcionários também precisa ganhar tempo para barganhar os votos em troca dos cargos na alta burocracia, funções gratificadas e cargos comissionados, que é a única motivação da sua ação judicial.

O que está em disputa?

Nem a maioria docente do Conselho Universitário, nem o sindicato de funcionários, divergem no essencial, que é a manutenção do poder da burocracia universitária subversiva ao governo. Divergem na forma de constituir essa burocracia, pois o voto paritário – em si antidemocrático – obriga os candidatos (docentes) a negociar o apoio dos grupos de funcionários em troca de cargos e funções gratificadas. Esta circunstância, por sua vez, irritou os candidatos (docentes), que perderam eleições passadas jogando a culpa de sua derrota nas barganhas com funcionários. Tratava-se portanto, de *“colocar os funcionários no seu lugar”*, reduzindo o peso do seu voto e tornando irrelevante seu apoio. Nem um nem outro setor é motivado pela afirmação de qualquer princípio democrático nem de autonomia universitária. O sindicato dos funcionários, por exemplo, se notabiliza por se opor radicalmente ao voto universal.

O Movimento Estudantil, por seu turno, está desarmado. A diretoria do DCE está praticamente dissolvida pela

defecção do PSTU e PSOL. Predomina a condução reformista do Levante, que na última assembleia não se diferenciou do PT. Estes últimos defenderam que os estudantes votassem no candidato menos pior – do PT, evidentemente. Foram derrotados pela proposta do voto nulo, mas foi uma decisão vacilante pois não definiu o conteúdo do voto nulo. A Corrente Proletária defendeu o voto nulo pelo governo tripartite, mas a manobra do DCE impediu que se encaminhasse a decisão.

Agora o sindicato de funcionários chama assembleia conjunta com estudantes na expectativa de arrastar estes atrás de sua política aparelhista-burocrática.

Como responder?

Em primeiro lugar, há que denunciar o Conselho Universitário e sua completa desmoralização. Foi esse Conselho quem perpetrou a liquidação da paridade para atender aos mais obscuros interesses dos grupos político-acadêmico dominantes e suas ramificações financeiras. Também esse Conselho abdicou da autonomia universitária e procurou o judiciário para resolver algo de competência exclusiva da própria universidade. Não pode ser ele agora quem julgue num conflito do qual é parte.

Segundo, quem deve responder e enfrentar esta crise só pode ser uma Assembleia Geral Universitária, da qual participe toda a comunidade, convocada pelas entidades representativas (sindicatos e DCE) e com voto universal. Há que lembrar que foi uma Assembleia Geral Universitária que na década de 1980 estabeleceu a paridade, posteriormente acatada pelo Conselho Universitário e o governo do Estado, provavelmente a única vez que a UEL exerceu a sua autonomia.

Finalmente, defendemos que, ao invés de escolher reitor, se estabeleça o **governo tripartite, eleito pelo voto universal e secreto de toda a comunidade universitária, com revogabilidade do mandato e subordinado à Assembleia Geral Universitária**.

O governo tripartite evidentemente é composto por estudantes, docentes e funcionários e comandará a universidade no lugar do reitor. Ademais, todos os cargos burocráticos deixam de ser designados e passam a ser diretamente eleitos e também subordinados à assembleia geral universitária. Pro-reitorias de Finanças, Recursos Humanos, Graduação, Extensão e Pesquisa, diretorias, chefias de departamentos, colegiados, direções de centros, PCU, marcenaria, jardinagem, todos enfim, devem ser eleitos mediante voto universal e secreto.

Esta é a única saída efetivamente democrática. Qualquer outra proporção na escolha do reitor, seja paritária, seja voto universal, seja 70-20-10 ou 70-15-15 são apenas variantes de constituição e reforçamento da mesma burocracia universitária que já teceu seus tentáculos em volta da instituição e serve ao governo e aos capitalistas.

DCE/UFCG: organizar a oposição de esquerda à direção vacilante e burocrática do PCR

Nos dias 20 e 21 de março, foi realizada a eleição para o DCE da UFCG. A chapa “Sempre em Frente”, dirigida pelo PCR/UJR (Partido Comunista Revolucionário/ União da Juventude Rebelião) venceu a opositora “DCE Renovação”, que somou setores de direita (Juventude do PSB) com a União da Juventude Socialista, vinculada ao PCdoB estadual. A vitória dos estalinistas do PCR, garantindo-lhes o controle da entidade por mais um ano, tem dois aspectos. Expressa a ausência, no seio do movimento estudantil, de um programa que corresponda à defesa dos interesses gerais da juventude, que combata a privatização e a desnacionalização da educação mediante ação direta. A prática dessa corrente que dirige o DCE, pelo contrário, tem sido de condução burocrática da entidade, não realizaram prestação de contas, debates nem assembleias sobre os problemas da universidade durante todo ano de 2013.

Sua política reforça a ideia de que não é preciso se organizar coletivamente para enfrentar os ataques da reitoria e do governo, cabendo aos estudantes apenas votarem em seus “representantes” que, em reunião com os burocratas da universidade, vão “defender” a categoria. Dessa forma, enfraquece e movimento, submetendo-o à lógica institucional e burocrática, mantendo os estudantes dóceis e submissos.

Embora a política do PCR e de sua Juventude não esteja à altura para responder aos ataques à educação, sua reeleição também expressou o repúdio de parte da vanguarda estudantil às posições conservadoras. Parte do apoio eleitoral recebido por essa chapa pode ser traduzido como forma de repelir a direita, que organizou a chapa opositora e seria um braço da reitoria no movimento estudantil.

A tarefa dos militantes é de combater a direita através da mobilização e do avanço do movimento, e não justificando as práticas corruptas e burocráticas do DCE. Alguns estudantes, outrora opositores ao DCE (como alguns membros do CACS) entraram na chapa e agora são da direção estudantil. Diante das acusações – reais – de que o DCE utilizou-se do dinheiro dos estudantes para interesses pessoais e partidários em 2012 e não realizou a prestação de contas referente a 2013, esses estudantes estão defendendo essas práticas, o que é um erro profundo. Aqueles que eram da oposição e agora se aliam ao PCR, sob a lógica do “menos ruim”, não devem se responsabilizar pelos erros cometidos, muito menos acobertá-los, mas sim romper com o PCR e agir como direção para que a gestão do DCE respeite a democracia e as deliberações coletivas.

O combate à direita não passa pelo fortalecimento da direção do PCR, que desmoraliza a entidade e acaba conciliando com os setores reacionários. Basta ver a postura de avestruz do PCR ante a possível greve docente. O presidente da gestão eleita fez um pronunciamento em que desaprova a greve, alegando falta de mobilização. Ou seja, defende a resignação em vez de criar as condições necessárias ao engajamento dos estudantes no movimento grevista.

Na luta contra a Ebserh, o PCR também amarelou. Foi aprovada na assembleia estudantil uma paralisação total e ativa da UFCG para o dia 03 de abril, pela revogação da adesão da UFCG à Ebserh, feita de forma monocrática pelo reitor Edilson Amorim. A diretoria do DCE se reuniu em separado na véspera e se acovardou, não trabalhou pela mobilização estudantil, expondo os lutadores à repressão.

As práticas das gestões do “Voz Ativa” não têm justificativas,

devem ser denunciadas como desvio e como entrave ao avanço das lutas. A política aparelhista e vacilante do DCE (não priorizam a comunicação nem a formação política entre os estudantes) municia a direita em seus ataques ao movimento. Devemos combater os capachos da reitoria, mas não acobertando os erros políticos e organizativos da direção, e sim denunciando-os e organizando uma oposição para superá-los.

Uma nova direção verdadeiramente combativa e comprometida com as bases estudantis será forjada na luta. Por isso nós, da Corrente Proletária Estudantil, convocamos os estudantes que votaram criticamente na chapa 1 e os que votaram nulo à organizarem desde já uma oposição antiburocrática e antigovernista, independente e baseada na soberania das assembleias e na mobilização. Será um passo necessário para devolver a entidade ao controle dos próprios estudantes.

Lutar pela efetivação dos terceirizados e temporários

Na UFCG há centenas de trabalhadores terceirizados e temporários. Eles estão nas secretarias, na limpeza, nas portarias, na segurança, no hospital universitário. Os porteiros recorrentemente têm seus salários atrasados. Denunciam que a UFCG passa três salários à empresa VR, e além de ficarem com apenas 1/3 do que é repassado, ainda recebem, em média, dois meses atrasado. Do vale alimentação que deveria ser de R\$105, recebem apenas R\$83. No ano passado, teve vigia que desmaiou de fome durante o trabalho. São obrigados a fazer bicos e endividarem-se, arcando com altos juros. A reitoria os ameaça para que não denunciem, pois dizem que se houver reclamação, trocarão de empresa e eles não voltarão. O sindicato só existe para receber o dinheiro dos descontos compulsórios.

No Hospital Universitário, trabalhadores temporários estão com a corda no pescoço, pois se a privatização do hospital não for revertida, haverá demissão em massa de mais de uma centena de trabalhadores. No Paraná, trabalhadores do hospital de clínicas deflagraram uma luta em defesa dos empregos, por equiparação de direitos entre trabalhadores do regime jurídico único e da FUNPAR, e por estabilidade. Aprovaram indicativo de greve para dia 10 de abril. Diante disto, o juiz do Trabalho responsável pelo cumprimento do Acordo que pede a demissão dos trabalhadores FUNPAR/HC pediu mais 10 dias para se pronunciar. Os trabalhadores aprovaram então uma paralisação para o dia 15.

É preciso que as entidades representativas de estudantes, professores e funcionários adotem a bandeira de efetivação dos terceirizados e temporários com os mesmos direitos dos servidores públicos. A defesa do concurso público foi progressiva para conter as indicações políticas, no passado, mas hoje serve para fragmentar os trabalhadores, colocar empresas que só fazem comer parte dos salários e promover falcaturas, e impedir o direito democrático de organização destes trabalhadores, acossados pelas perseguições e instabilidade.

O Partido Operário Revolucionário luta pela efetivação dos terceirizados e temporários, sem concurso. Nossa política não parte do que a lei permite, pois sabemos que as leis correspondem à dominação de classe burguesa. Partimos do estômago do trabalhador. Não aceitamos nenhuma demissão. Que todos trabalhadores sejam efetivados. Emprego não se negocia, se defende com luta!

Paraíba – Campina Grande

Paralisação nacional das Universidades Federais

Sobre a Autonomia Universitária

Na manhã do dia 10, o POR fez uma apresentação sobre a necessidade de o movimento incorporar a luta pela Autonomia Universitária. A exposição se iniciou estabelecendo o vínculo entre a democracia na Universidade e a luta pelo ensino público e gratuito.

O que se observa no movimento estudantil e docente é a negativa em combater frontalmente o controle da Universidade pela burocracia universitária privatizante e governista. No entanto, a bandeira da autonomia da universidade somente expressará a real democracia caso seja um instrumento para se desenvolver o programa proletário para a educação. Evidentemente, como parte do movimento revolucionário pela destruição do capitalismo e implantação do socialismo.

A estatização do sistema privado de ensino e constituição do sistema único, público, gratuito e vinculado à produção social é uma tarefa democrática que se combina com a autonomia universitária.

Colocado esse primeiro ponto, se perguntou em que consiste a autonomia em sua essência. A definição é a de controle da universidade por quem estuda e trabalha. O expositor chamou os presentes a discutir essa formulação.

O objetivo não se limitou a demonstrar a definição social. Contrapôs-se ao que se tem definido como autonomia administrativa e financeira da Universidade de acordo com a Constituição. O expositor deixou claro que tal autonomia é aparente, acoberta o controle político do Estado. A questão da dependência ou da autonomia é política, antes de tudo.

A experiência tem demonstrado que os governos se valem da farsa democrática para restringir as verbas para a universidade e que as reitorias têm usado de tais atribuições para solapar o ensino público. O expositor instigou os presentes a debater os fundamentos políticos da autonomia, que tem por referência a intervenção do Estado, do empresariado e das igrejas na educação.

Nesse sentido, o POR relatou a recente experiência estudantil na USP em que foi aprovada na assembleia a luta pelo contro-

le da universidade por estudantes, professores e funcionário por meio da constituição de um governo tripartite e da instalação da assembleia universitária. Ao contrário, a experiência de reitorias constituídas por eleições mutiladas e aparentemente democráticas comprovou que se trata de uma via para manter a intervenção do Estado. O expositor concluiu que é preciso conquistar a autonomia universitária como resultado da luta de classes. Somente a política do proletariado encarna as tarefas democráticas que burguesia não cumpriu e que não mais cumprirá.

Aberta a discussão, duas foram as principais críticas: que a posição apresentada era “vanguardista”, que a bandeira do governo tripartite está descolada da realidade e que não há correlação de força favorável.

O expositor mostrou que do ponto de vista objetivo da decomposição da universidade, do rápido avanço do sistema privado sobre o público, da desnacionalização, do ensino a distância e da impossibilidade da política burguesa apresentar uma solução progressiva as bandeiras da real autonomia e do sistema único, público e gratuito saltam da realidade diante dos nossos olhos. Não há, portanto, nada de vanguardismo. O problema fundamental está em como trabalhar no seio dos estudantes, professores e funcionários as bandeiras corretas. Sem dúvida, trata-se da luta política. Não se deve rejeitar as soluções reais em nome do atraso da consciência dos estudantes e da desorganização do movimento universitário. Todo obstáculo lançado contra as soluções que nascem da situação concreta expressa a luta política em defesa da farsa democrática e da preservação do ensino privado.

Em resumo, esta foi a discussão. Nota-se que a partir da experiência recém-começada na USP se abriu caminho de defesa do programa do proletariado para a educação. É preciso popularizar a bandeira do controle da universidade por quem estuda e trabalha, do governo tripartite eleito diretamente pelo voto universal, da assembleia universitária, da estatização sem indenização do ensino privado e do sistema estatal único de ensino, gratuito e científico.

Campina Grande - PB

Programa: arma fundamental da luta proletária

No dia 09 de Abril, o POR lançou e discutiu seu programa político atualizado. A atividade ocorreu na universidade e contou com a participação de estudantes. A exposição demonstrou que o esforço de transformar os embates instintivos da classe operária em consciência política é uma exigência da própria luta de classes, pois a história ensinou ao proletariado, não sem importantes derrotas, que, para manter suas conquistas, por mais elementares que sejam, o choque com o poder burguês é inevitável. Desde sua constituição, a classe operária viu-se obrigada a resistir aos ataques da burguesia, revoltando-se inicialmente contra as máquinas, antes mesmo de criar seus sindicatos e partidos. A desesperada luta econômica da classe operária, alheia à luta política, é sua expressão em estado bruto. A experiência demonstrou que as conquistas mais imediatas e elementares não podem ser mantidas sob o regime de exploração capitalista, de maneira que a elevação à luta política, ou seja, a luta pelo poder, surge como forma consequente de superação das contradições do regime de exploração capitalista. O marxismo, ciência do proletariado, é a chave para conquistar a vitória sobre a burguesia, já que sintetiza

as tendências de desenvolvimento da luta classes, e sua aplicação concreta à realidade brasileira é uma exigência objetiva. Essas particularidades são reveladas por meio do estudo das relações existentes entre as classes, desde sua formação histórica até a atualidade. A luta pela destruição do poder da burguesia e criação do poder proletário exige a abordagem científica da realidade brasileira e mundial. A caracterização do país como semicolonial, de capitalismo atrasado e economia combinada, implica a aliança do proletariado com as demais classes oprimidas, em especial com o campesinato, mas também com parte da pequena burguesia urbana. Nesse aspecto, os estudantes exercem papel progressista na luta contra o estado burguês, desde que aliados e sob a política proletária. Diversas alianças serão forjadas na luta, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A concepção científica da luta de classes é a condição para um programa revolucionário no Brasil. Essa expressão consciente da realidade objetiva é feita pelo partido, que traça as tendências de luta, organiza a classe e encarna a tarefa histórica de destruição do capitalismo.

Nesta edição:

- Argentina: Seguir o exemplo de luta docente
- O genocídio ruandês como instrumento político da opressão francesa na África

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Argentina

Seguir o exemplo de luta docente

As greves docentes e, particularmente a da Província de Buenos Aires, tiveram uma extraordinária importância. Transformaram-se num fato político de grande alcance pelo fato de se manterem firmes na reivindicação da reposição salarial que no mínimo reponha a inflação do último período, mas, principalmente, pelo método para impor suas demandas, a greve por tempo indeterminado até forçar o governo.

O governo teve ajuda de toda a imprensa fazendo campanha contra a greve, principalmente pelo método de luta. Todos os políticos somaram-se à crítica e tentaram colocar os pais das crianças e toda a sociedade contra a greve, ameaçaram com o desconto dos dias parados para amedrontá-los, conceder reajustes diferenciados para dividir os trabalhadores, mentiram afirmando que a reposição era maior do que estava de fato se concedendo, mentiram dizendo que os salários eram mais altos daquilo que efetivamente era pago, ameaçaram com a conciliação obrigatória para suspender a greve e recorrer à justiça para obrigar os professores a começarem as aulas. Tudo foi inútil. Os professores se mantiveram firmes até conseguir o recuo do governo.

A vontade das bases superou a tradição conciliadora da direção da frente sindical, impondo uma das greves mais importantes dos últimos tempos.

A luta dos professores foi a resposta efetiva ao discurso da Presidente na abertura do ano legislativo em 1º de março, quando dedicou parte do seu discurso para atacar os docentes e propor que voltassem a dar aulas. Rompeu com o teto de 25% que o governo havia estabelecido para a reposição salarial. Desse modo, provocou um retrocesso real de salários e seu poder aquisitivo.

Toda a burocracia sindical contra a vitória da greve

A greve docente que envolveu centenas de milhares de trabalhadores em todo o país se transformou num fato político de primeira magnitude, de discussão obrigatória em toda a imprensa todos os dias e desgaste dos governos.

O centro das demandas era o percentual de reposição salarial e o salário mínimo que deve receber um trabalhador na educação, a denúncia dos pagamentos por fora (sem registro), o volume de aulas que se deve dar para conseguir um salário que alcance, etc. Reivindicações comuns da maioria dos trabalhadores. Foi uma grande oportunidade para unificar todas as reivindicações e sair numa greve geral para quebrar o topete do governo e os patrões.

Não eram só os governos nacional e provinciais e os patrões os que estavam interessados em tratar com linha dura os grevistas e não conceder reposição acima dos 25%, com receio dum percentual maior

se transformar na referência para os outros trabalhadores públicos e privados. Todas as frações da burocracia isolaram os docentes. Porque sua vitória desmascarava a cumplicidade deles com o governo e os patrões. E os obrigava a elevar suas demandas e aplicar métodos de luta contundentes para conquistá-las. Por isso, Moyano, Barrionuevo e Michelli convocaram a paralisação do dia 10 de abril especulando com que nessa data o conflito docente já estivesse resolvido.

Simultaneamente, com a conquista dos docentes da Província de Buenos Aires, anunciou-se a assinatura do acordo da UOM (União Operária Metalúrgica) por 27,25%, colocando como um dos salários mais baixos dos trabalhadores argentinos, medida exigida pelo governo e a patronal metalúrgica para que sirva de referência aos outros trabalhadores que estão negociando seus dissídios. Conseguiu-se este acordo miserável pelas costas dos trabalhadores e sem nenhuma luta. Em troca, os burocratas continuam sua associação com os patrões pelo que recebem suculenta remuneração retida pelo governo para as obras sociais (previdência).

10 de abril: paralisar, mas com as bandeiras dos trabalhadores e não com as dos burocratas!

A burocracia oficialista da CGT e da CTA convocaram uma paralisação nacional contando com a massividade pela adesão dos sindicatos da UTA (*Unión Tranviaria del Automotor*) e os ferroviários que deixarão sem transporte público boa parte dos trabalhadores (ainda que a União Ferroviária não tenha aderido). A greve tem a característica de um “feriadão”, sem mobilizações, sem piquetes, sem assembleias, sem bloqueios de ruas e estradas. Sem continuidade, a greve não faz parte de nenhum plano de lutas. Sem preparação, não se organizam assembleias para garantir a massividade e debater as reivindicações que unifiquem o movimento operário. As demandas são ambíguas, não tocam nas questões centrais, que são o salário mínimo igual ao custo de vida, acabar com toda forma de precarização trabalhista, rechaçar as demissões e suspensões.

Porque devemos parar? Devemos parar pela unidade do movimento operário, para exigir um plano de lutas, por todas as reivindicações dos trabalhadores, pela necessidade de unificar todo o movimento operário para golpear com um único punho todos os ataques que vieram e que virão. Para defender a necessidade da greve geral de todos os trabalhadores até conquistar todas as reivindicações. Esta é a política da classe operária para romper as manobras divisionistas e pró-patronais das direções sindicais. A paralisação deles é apenas para desgastar eleitoralmente o governo tendo como horizonte as eleições do próximo ano e simular que lutam diante das negociações em curso e o brutal ataque às condições de vida decorrente da inflação e os tarifas.

O fim dos subsídios aos serviços públicos domiciliares é um golpe adicional à economia popular

Seja qual for a forma de apresentá-lo, o fim dos subsídios implica pagar mais pela conta de água, gás e eletricidade. Concretamente, a conta sairá dos nossos bolsos. As indústrias não serão afetadas pelo corte de subsídios. É uma forma dos recursos de que dispõe o Estado se apliquem para subsidiar aos capitalistas que têm altas taxas de rentabilidade, e impõem os preços que querem. Já a maioria dos trabalhadores que recebem acima de \$ 5.500 – pouco acima do mínimo – serão afetados pelos reajustes. Pouco importando se ele aluga o imóvel em que mora, pouco importando se o salário é suficiente para ele comer.

O governo, encurralado pela própria crise de suas políticas e pela crise internacional, é obrigado a descarregar o reajuste sobre as mas-

sas para fazer render ao máximo as vantagens da grande desvalorização do peso argentino em benefício dos grandes capitalistas.

A classe operária tem de avançar com sua própria política. Romper com os partidos patronais, com seu regime político, com os burocratas protetores da grande propriedade privada. O governo reforça os negócios dos grandes capitalistas e das multinacionais às custas das condições de vida das massas. A oposição burguesa, de todas as cores, se coloca no mesmo terreno. Não existe saída para os trabalhadores que não seja rompendo todas as amarras com o imperialismo, expulsão das multinacionais, recuperação da soberania nacional, recuperação de todos os recursos naturais, as principais empresas e todas suas atividades, colocando-as ao serviço da maioria. Este objetivo não será alcançado mediante leis nem votações, senão por meio de uma verdadeira revolução social.

20 anos do genocídio perpetrado contra os tutsis em Ruanda:

O genocídio ruandês como instrumento político da opressão francesa na África

As mais recentes incursões militares do imperialismo francês em Mali e na República Centro-africana ganharam novas projeções ao se cumprirem 20 anos do mais brutal genocídio da história contemporânea da África, o 6 de abril de 1994. Trata-se do genocídio perpetrado contra a etnia tutsi em Ruanda e que contou com o apoio do governo Mitterrand, que protegeu seus executores, dentre os quais estão oficiais das Forças Armadas, agências antiterroristas e serviços secretos franceses.

Nos anos 70, o capitão francês Paul Barril, então responsável pela célula antiterrorista da presidência francesa, pela petição do ministro ruandês de Defesa, participará na denominada “Operação Inseticida” cujo objetivo era aniquilar as guerrilhas tutsis e treinar as Forças Armadas ruandesas (da etnia hutu) em torturas e extermínio. O centro de torturas se localizava em Igogwe, onde o comando militar francês tinha sua sede. Um membro de uma comissão parlamentar francesa designada para observar as tropas que se deslocaram para Ruanda, Jean Carbonate, viu militares e serviços secretos franceses na base onde, segundo suas próprias palavras, “chegavam caminhões repletos de civis, que eram torturados e assassinados”. O que foi confirmado em 1993 pela *Missão Parlamentar de Informação* criada em Paris para investigar os abusos e crimes de guerra em Ruanda.

Mais tarde, em 1992, um tenente coronel francês foi designado para exercer “simultaneamente as funções de conselheiro do presidente da República, chefe das Forças Armadas ruandesas, e as funções de conselheiro do chefe do Estado Maior do Exército ruandês”, segundo constava em uma carta enviada a partir do Ministério de Relações Exteriores de França a sua embaixada em Ruanda.

Desde 1993, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR, da etnia tutsi) obterá importantes êxitos militares. Em 6 de abril de 1994 e em um período de quatro semanas, umas 800.000 pessoas, em sua maioria tutsis, serão assassinadas. Em 10 de maio de 1994, Mitterrand enviará tropas francesas ao país. É o começo da “Operação Turquesa” que será encoberta com uma máscara legal por uma declaração da ONU que outorgava à ocupação militar francesa o caráter de “missão humanitária”. Essa declaração permitiu concentrar uma grande parte dos efetivos franceses para resguardar a chamada “Zona Humanitária Segura”, cujo suposto objetivo era estabelecer um corredor de evacuação de civis. No entanto, segundo declaração de um ex primeiro ministro francês, Edouard Balladur, a ação não se dirigia a “castigar os autores hutus do genocídio, (...) tratava-se de que estes pudessem ser postos a salvo no Zaire”.

Julgamentos contra oficiais hutus pelo genocídio são um instrumento político da reação

Nas últimas semanas, um tribunal francês abriu um processo judicial que permitirá realizar 27 novos julgamentos contra ex-funcionários e oficiais ruandeses acusados de genocídio. Esse foi o caso do ex-capitão ruandês Pascal Simbikangwa, condenado a 25 anos de prisão. Os julgamentos têm hoje especial relevância porque se inscrevem no marco da escalada intervencionista da França no continente africano. O problema para a burguesia reside em que assentam um precedente jurídico e poderiam abrir as portas a novos processos judiciais contra ex-oficiais e ex-funcionários do governo francês daquela época.

Ainda que seja pouco provável, na realidade praticamente impossível, que algum seja julgado, inclusive citado a se declarar como imputado, o certo é que ao realizar estes julgamentos poderiam impulsionar futuros processos judiciais contra os atuais responsáveis pelas intervenções militares na África. Desse modo, seria um tiro que poderia atingir o governo Hollande, cuja avaliação ante a opinião pública está vertiginosamente em queda e enfrenta uma dura resistência das massas que rechaçam as intervenções militares. Até certo ponto, poderão voltar como uma arma da qual a oposição burguesa e a reação se valerão para encurralar ainda mais a Hollande, que sai de uma derrota eleitoral e que deverá carregar sobre seu governo os custos políticos e econômicos da intervenção francesa no Mali e na República Centro-africana.

No melhor dos casos, implicariam uma mudança na forma e nos procedimentos das intervenções (constituição de “missões” internacionais, aprovação de leis internacionais que regulem essas intervenções, procedimentos jurídicos que facilitem a intervenção militar ajustado a promissas do direito internacional, etc.) para melhor encobrir seu caráter de rapina violenta das riquezas semicoloniais. Não se pode esquecer nem por um segundo que a justiça francesa foi e é historicamente um reduto da reação. No calor dos fatos históricos mais recentes, que os julgamentos por genocídio estejam prontos a começar não significa outra coisa que um recurso político para criar condições diplomáticas e políticas, tanto internas como externas, para forçar uma intervenção mais decisiva da ONU e criar a imagem de que se castigam “os excessos individuais”. É uma tentativa de desviar a raiva e a resistência dos oprimidos africanos para o caminho das denúncias jurídicas, processos judiciais e batalhas legais, apartando-a, assim, da insurreição e da luta antiimperialista.

Seguramente, o julgamento cumprirá fins eleitoreiros imediatos de desgaste a Hollande e fortalecimento da oposição burguesa, vencedora nas últimas eleições municipais. Ainda que não evitarão que os genocidas que fugiram de Ruanda com a ajuda da França continuem

servindo como agentes de “contra insurgência” em outros países africanos a mando de oficiais franceses.

De como facilitar as massacres para abrir caminho à ocupação militar

Que o governo da França seja indicado como corresponsável do genocídio ruandês não teria uma maior relevância se não fosse o fato de que a intervenção francesa na República Centro-africana pôs em cena, mais uma vez, a relação existente entre os massacres religiosos e étnicos com os interesses imperialistas. Como há 20 anos, a intervenção militar francesa nesse país se realiza em nome de proteger os civis e resguardar os milhões de refugiados que fugiram das zonas de conflito.

Recordemos que foi a França através do Chade quem armou as “autodefesas cristãs” que agora realizam assassinatos em massa contra civis islâmicos e membros de Seleka, a guerrilha muçulmana de Michel Djotodiá, que chegou ao poder pela mão do imperialismo francês e foi expulso do poder com um golpe palaciano orquestrado também pela França. Por outro lado, é impossível que um exército tão altamente capacitado e tecnificado como o francês seja incapaz de impor um desarmamento geral e parar os massacres. Pelo contrário, para o imperialismo, o importante é que as condições de sua permanência militar se reproduzam e, dessa forma, reproduzem-se também os assassinatos e os massacres, criando desse modo as condições para que a intervenção imperialista se imponha como necessidade.

No fundo desta cínica política francesa, encontram-se as profundas contradições políticas nas quais se agita a luta de classes na França e a incapacidade de sua burguesia de resolver a grave situação econômica sem ampliar, a um grau mais elevado, a exploração trabalhista e a destruição das conquistas sociais das massas dentro de suas fronteiras. E de elevar a um nível mais violento a opressão nacional e o saque das semicolônias. Quanto mais profundamente se expressa a crise capitalista dentro das fronteiras nacionais francesas, mais cínica e violenta se torna sua política exterior.

A recessão econômica é o motor do intervencionismo imperialista na África

A burguesia monopolista francesa não encontra uma saída para a crise capitalista nos estreitos limites de seu mercado interno. O país está praticamente em recessão desde 2011. Os economistas burgueses alertam inclusive sobre a rápida erosão dos raquíticos índices de crescimento que foram ensaiados em 2013 (1% do PIB). Não se vislumbra nada no horizonte que se assemelhe a uma revitalização da produção, mas sim aos estertores de um ancião decrépito que apodrece em vida.

Confrontados às condições de queda da taxa média de lucro de seus monopólios e uma crise econômica sem saída à vista, Sarkozy e Hollande assinalaram uma saída na remoção de sua outrora avançada legislação trabalhista e social. Porém, as fortes tendências grevistas não desapareceram e, sob novas condições, poderiam atrasar ainda mais a conclusão final desse processo. O quadro apresentado piora se aos fatores internos da crise se somam os externos. O problema para os monopólios e o sistema bancário francês reside em que tampouco podem expandir seus negócios no estrangeiro sem aumentar seu parasitismo sobre as semicolônias, e sem acentuar seus choques, mais ou menos abertos com outras potências pelo controle dos mercados e fontes de matérias primas. Nesse cenário, África é o território mais relevante para o imperialismo francês em termos políticos, militares e econômicos.

A resistência da população francesa em apoiar ao governo Hollande em sua aventura na Síria evitou, ao menos conjunturalmente, a intervenção militar unilateral da França. Hollande deu um passo atrás na Síria, mas não pode fazê-lo na África com a condição de bater de frente com a grande burguesia e a poderosa indústria bélica que constituem, por outro lado, o meio mais importante e efetivo para impor suas con-

dições nas semicolônias africanas. É por isso que resistiu em submeter às novas intervenções que se preparavam ao parlamento e “atuou de ofício” em Mali e na República Centro-africana. A ONU, como há 20 anos em Ruanda, encobriu com suas resoluções o fato consumado.

Pela unidade revolucionária dos oprimidos contra a opressão imperialista!

Os revolucionários estão obrigados a repudiar a hipócrita moralidade pequeno-burguesa que se espanta com os massacres, enquanto serve aos interesses imperialistas defendendo seu direito a intervir sob a máscara da democracia e dos direitos humanos. E a assinalar as bases materiais que levam o imperialismo a massacrar povos inteiros em função de seus interesses comerciais.

O envolvimento do imperialismo francês com o genocídio em Ruanda tem como correlato histórico a completa bancarrota de sua burguesia. Não pode deixar de intervir nas semicolônias africanas sem que isso signifique fazer drenar suas matérias primas, riquezas e lucros em direção a outras potências. Seu poderio militar lhe permite impor suas condições às semicolônias africanas e afirmar suas posições frente a seus competidores comerciais e militares. Se essa imposição se realiza pela via da ocupação militar, uma guerra fratricida financiada por seus monopólios ou garantindo a impunidade para que se execute e encubra um genocídio e seus executores, é um fator de segunda ordem. Importa antes sustentar a sucção de superbenefícios para os monopólios e a oligarquia financeira francesa.

O imperialismo age sobre as lutas e guerras tribais e étnicas existentes na África, que não são uma criação das potências, mas o resultado do seu desenvolvimento histórico pré-capitalista. Como o imperialismo tem de atuar sobre condições sociais históricas concretas, estimula as diferenças e apóia-se nelas para dividir o país segundo sua etnia de origem e, por cima delas, constitui as condições econômicas e políticas para seu domínio. Se bem que as relações tribais africanas tenham expressado nas origens o grau de desenvolvimento material alcançado pelas suas primitivas forças produtivas, com a penetração imperialista, foram perdendo seu fundamento histórico para se subordinar às relações capitalistas de produção e o mercado mundial. As contínuas disputas entre tribos correspondiam com a luta pela terra e os meios de subsistência. Agora, são subproduto da penetração monopolista e adquiriram o caráter de uma função político-social determinada pelos interesses das potências.

É por isso que os enfrentamentos tribais não são um meio para acabar com a opressão nacional. Muito menos o triunfo de uma etnia contra outra, apoiada diretamente no imperialismo, significa a libertação nacional. Enquanto existam guerras baseadas em lutas religiosas, tribais ou étnicas que se desenvolvem sobre a base econômica das forças produtivas mundiais apropriadas e monopolizadas pelas potências, o imperialismo tem assegurada a via de seu domínio ao operar por cima dessas disputas opondo uma tribo contra a outra, apoiando uma facção religiosa contra a outra, armando uma etnia contra a outra, enfrentando uma nação contra a outra.

Para alcançar sua libertação nacional e a unidade continental as massas oprimidas ruandesas e africanas devem romper com os particularismos nacionais, religiosos, étnicos e tribais para unir-se em uma frente única antiimperialista e mobilizando revolucionariamente a nação oprimida. Para isso é necessário que se empunhe as bandeiras da revolução proletária e se organizem em partidos revolucionários.

Os oprimidos farão justiça quando expropriarem o imperialismo e constituírem Tribunais Populares para castigar com seus próprios métodos aos que planejaram, organizaram e executaram as massacres.